

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 200/2023  
Data: 08/12/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
TRIBUNAL DE CONTAS APROVA RENOVAÇÃO DE CONTRATO DA BTP NO PORTO DE SANTOS .....	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ DIAGNÓSTICO POPULACIONAL DE POMBOS NO PORTO .....	5
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>6</b>
MACEIÓ: AFUNDAMENTO ATINGE 1,99 METRO E LOCAL PODE VIRAR RESERVA PARTICULAR .....	6
CHEGADA DA AURA MINERALS À ALMAS, NO TOCANTINS, IMPULSIONA O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.....	7
VERACEL CELULOSE INAUGURA CINCO USINAS SOLARES NA BAHIA QUE GERAM ENERGIA PARA SUA FÁBRICA E AINDA PRODUZ EXCEDENTES .....	9
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>10</b>
REGIONALIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>11</b>
EDITORIAL – REPORTO NA CÂMARA .....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Acordo I</i> .....	12
<i>Acordo II</i> .....	12
<i>Contêineres 1</i> .....	12
<i>Contêineres 2</i> .....	12
<i>Gargalo</i> .....	12
NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA R\$ 3 MILHÕES PARA TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE FORTALEZA .....	13
NACIONAL - CÂMARA APROVA URGÊNCIA SOBRE PROJETO PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO .....	13
NACIONAL - NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS QUER AGILIZAR PROCESSOS .....	14
REGIÃO NORDESTE - PARAÍBA VAI APRESENTAR PROJETO DA PONTE CABEDELO-LUCENA NO PRÓXIMO DIA 11 .....	16
REGIÃO NORDESTE - MAERSK DEMONSTRA INTERESSE EM OPERAR NO PORTO DE NATAL .....	17
REGIÃO SUL - TCP ESTIMA GERAÇÃO DE 100 NOVOS EMPREGOS APÓS CHEGADA DE EQUIPAMENTOS.....	18
MERCOSUL - MULTILOG INAUGURA PORTO SECO EM SANTA CATARINA VISANDO COMÉRCIO COM O MERCOSUL.....	19
REGIÃO SUL - TCP ESTIMA GERAÇÃO DE 100 NOVOS EMPREGOS APÓS CHEGADA DE EQUIPAMENTOS.....	20
NACIONAL - VITRINE .....	21
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>23</b>
REGULAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE BIODIESEL ENCERRA 18 ANOS DE RESERVA DE MERCADO.....	23
NOVAS ÁREAS DO PRÉ-SAL TÊM POTENCIAL DE 2,1 BILHÕES DE BARRIS, ESTIMA ANP .....	25
O CADE TEM UM PAPEL A CUMPRIR NO MERCADO DE GÁS.....	27
ONCORP PREVÊ INICIAR SEGUNDA FASE DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO DE TERMINAL DE GNL EM 2024.....	30
ENERGIA SOLAR POR ASSINATURA DEVE MOVIMENTAR R\$ 10 BI EM INVESTIMENTOS ATÉ 2025 .....	31
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>32</b>
ARGENTINA PREPARA PACOTE FISCAL QUE INCLUI CORTE DE GASTOS, ALTA DE IMPOSTOS E PRIVATIZAÇÕES; VEJA MEDIDAS 32 NÃO BASTA SER ECONOMISTA .....	33
PRIVATIZAÇÃO DA SABESP: SAIBA OS PRÓXIMOS PASSOS E O QUE PODE MUDAR PARA OS CLIENTES DA EMPRESA .....	34
NITERÓI AJUSTA A ROTA PARA VOLTAR A SE DESTACAR NA INDÚSTRIA NAVAL .....	36
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>37</b>
CRISE EM MACEIÓ: QUEM É ACIONISTA DA BRASKEM? AS MINAS AINDA FUNCIONAM? O QUE DIZ A JUSTIÇA? .....	37
A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP .....	41
NOVAS MUDANÇAS NA LEI DE LICITAÇÕES FAVORECERÃO O PAC .....	42
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>44</b>
LULA DISCUTE CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA E GLO NOS PORTOS EM REUNIÃO COM MÚCIO .....	44
ANEEL PRORROGA CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DA UTE PORTO DE ITAQUI, DA ENEVA .....	44
COMPANHIAS AÉREAS COGITAM MAIS DESCONTOS EM PASSAGENS COMPRADAS COM ANTECEDÊNCIA .....	45
PRIVATIZAÇÃO DA SABESP DEVE ATRAIR GRANDES FUNDOS, MAS MERCADO AGUARDA DEFINIÇÕES .....	45
ESTADOS SE MOVIMENTAM PARA PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE .....	47
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>50</b>
PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL ÀS DISTRIBUIDORAS AMANHÃ .....	50
OEA: REFERENDO NA VENEZUELA PARA ANEXAR TERRITÓRIO DA GUIANA É ILEGAL .....	51



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 200/2023  
Página 3 de 52  
Data: 08/12/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

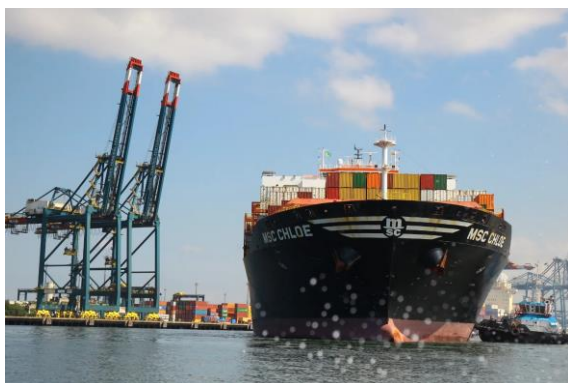
<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>52</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	52



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## TRIBUNAL DE CONTAS APROVA RENOVAÇÃO DE CONTRATO DA BTP NO PORTO DE SANTOS

Processo segue para o Ministério de Portos e Aeroportos; Arrendamento vale até 2047  
Por: Bárbara Farias



***Futuro contrato vigora a partir de janeiro de 2027, com investimentos iniciais de R\$ 1,5 bilhão pela BTP Foto: Vanessa Rodrigues/AT***

Um dos principais terminais de contêineres do Porto de Santos, a Brasil Terminal Portuário (BTP), obteve a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a renovação antecipada do contrato de arrendamento por 20 anos. Agora, o processo segue para apreciação e assinatura do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). A prorrogação do arrendamento contempla investimentos iniciais de R\$ 1,5 bilhão em

infraestrutura, equipamentos e aumento da capacidade operacional.

A Reportagem teve acesso ao relatório de 107 páginas do TCU, onde consta que o futuro contrato terá vigência de 22 de janeiro de 2027 a 21 de janeiro de 2047, com novos investimentos injetados em até três anos a partir da assinatura. Além disso, está prevista a transferência da sede administrativa do cais para uma retroárea e ganho de 23.406 metros quadrados (m<sup>2</sup>) de área, que será adensada como via de acesso exclusivo para caminhões. Com isso, a BTP amplia sua área atual de 430.744 m<sup>2</sup> para 454.150 m<sup>2</sup>.

Em nota, a BTP informou que confirma “a aprovação unânime em plenário de votação do Tribunal de Contas da União (TCU). Vencida essa importante etapa, o processo será encaminhado agora ao poder concedente (MPor) para que seja realizada a assinatura oficial. A BTP aguarda que a assinatura e conclusão do pedido de renovação junto ao Governo Federal seja realizada ainda neste ano”.

Ainda de acordo com a companhia, “como parte do pedido de renovação do seu contrato de arrendamento, por mais 20 anos até 2047, a BTP firmou o compromisso de investimentos de R\$ 1,5 bilhão (em valores de dezembro de 2020) podendo ser ainda ampliado nos próximos anos”.

A BTP também explicou que a prorrogação de sua atividade no Porto de Santos inclui aquisição de nova frota de equipamentos, readequação de instalações e edificações, além de automatização dos gates.

“O pacote de investimentos irá permitir o aumento de capacidade operacional em mais 40%. A capacidade de movimentação de cais da empresa será ampliada pela compra de quatro novos e modernos ship to shore crane (STS), totalizando 12 eletrificados, além de novas defensas. A área reefer também terá aumento significativo, passando das atuais 2.128 para cerca de 3.500 tomadas refrigeradas”, especificou a BTP.

### Projeção

O relatório do TCU aponta uma projeção de aumento da capacidade estática atual do terminal de 34.500 TEU (uma unidade equivale a um contêiner de 20 pés) para 45.600 TEU e da capacidade dinâmica dos atuais 1,4 milhão de TEU para 2 milhões de TEU.



Para o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, a manutenção das operações da BTP, no Porto de Santos, é importante para o Porto e também para a economia brasileira.

“A Brasil Terminal Portuário se destaca pela boa logística, tecnologia, modernidade e a implementação de ações sustentáveis, a começar pelo local de suas instalações, reconhecido como um dos principais cases de descontaminação mundial”.

A empresa também implementará a plataforma 5G, “a primeira rede privada do setor portuário, no continente latino-americano, que contribuirá para ampliar a performance do terminal nos próximos anos”.

### Números

Instalado na Margem Direita do Porto de Santos, o terminal da BTP tem capacidade para receber 3,6 mil caminhões para carga ou descarga a cada 24 horas, transportando contêineres carregados de medicamentos e alimentos ou de carne bovina, usando contêineres refrigerados.

Em, 10 anos de atividade, a BTP soma 7 mil navios atracados, movimentando aproximadamente 9,5 milhões de contêineres ou 14,8 milhões de TEU (unidade equivale a um contêiner de 20 pés) movimentados, mais de R\$ 257 milhões destinados à remediação ambiental, cerca de 300 projetos de melhorias implementados no terminal, além de 1,5 mil empregos diretos e 7,5 mil empregos indiretos.

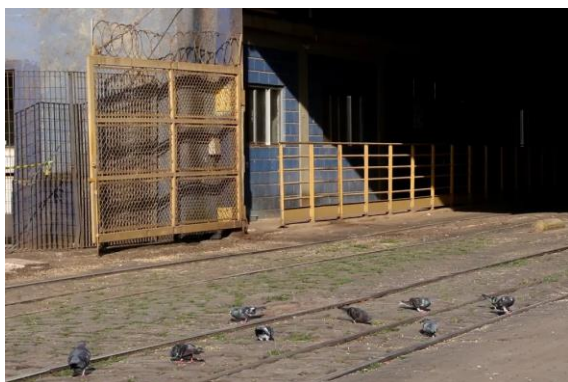
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 08/12/2023*

## AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ DIAGNÓSTICO POPULACIONAL DE POMBOS NO PORTO

Objetivo é identificar áreas usadas pelas aves e estimar número

*Por: ATribuna.com.br*



***Aves estão em grande número na área portuária Foto: Alexander Ferraz/AT***

A Autoridade Portuária de Santos (APS) contratou a empresa Raiz Ambiental para realizar o diagnóstico populacional de pombos domésticos (*Columba livia*) no Porto Organizado de Santos, conforme A Tribuna havia adiantado em julho. As medições (diagnóstico) serão realizadas a cada seis meses durante os cinco anos de vigência do contrato, totalizando dez ao longo desse período.

A primeira foi iniciada na última terça-feira e se prolongará por duas semanas. Para a coleta de dados, serão usados equipamentos específicos, como câmeras fotográficas, binóculos, drones e dispositivos de geolocalização.

A equipe técnica de campo é integrada por um especialista em estudo ambiental, um auxiliar de campo e um operador de drone. Para a realização do diagnóstico, a área do Porto Organizado será dividida em quadrantes, abrangendo áreas públicas e arrendadas. Assim, caso seja necessário, será realizada a medição na área arrendada de algum terminal específico.

O objetivo do diagnóstico é identificar as principais áreas utilizadas pelas aves para pouso, construção de ninhos e alimentação, bem como os principais focos atrativos dos pombos. Além disso, visa estimar o quantitativo de pombos domésticos que habitam ou frequentam o Porto e sugerir ações adicionais de controle dessas aves.

### Doenças

Os pombos domésticos são hospedeiros de diversos patógenos que podem acometer a saúde das pessoas, ocasionando doenças. Além disso, os dejetos dessas aves podem entupir calhas, danificar instalações e contaminar mercadorias movimentadas no Porto.

A APS afirma que o trabalho será de importante para identificar as regiões com maior densidade de pombos e avaliar as fragilidades relacionadas à operação portuária, como derrame de grãos e locais com deficiência de medidas preventivas.

“Espera-se que os resultados desse monitoramento permitam a adoção de estratégias de controle eficazes para prevenir a proliferação das aves”, explica a APS.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 08/12/2023



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MACEIÓ: AFUNDAMENTO ATINGE 1,99 METRO E LOCAL PODE VIRAR RESERVA PARTICULAR

O objetivo é permitir que a vegetação ocupe toda a área da mina em Maceió, criando, assim, uma unidade de conservação.

Da Redação ME



**Mina da Braskem em Maceió Foto: Thiago Sampaio/Agência Alagoas**

A Defesa Civil de Maceió (AL) informou, nesta quinta-feira (7) que o afundamento acumulado do solo do bairro do Mutange, onde a Braskem extraía sal-gema, atingiu 1,99 metro e a velocidade do afundamento é de 0,25 centímetro (cm) por hora. O deslocamento vertical apresentando nas 24 horas anteriores ao relatório foi de 6 cm.

Diante da situação, o órgão da prefeitura municipal alerta que permanece o risco de colapso (desabamento) do terreno acima da mina 18 da Braskem.

Esta semana, o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) determinou que a Braskem crie uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e proibiu qualquer atividade comercial dentro da área do mapa de risco da região afetada pelas atividades de mineração, que obrigou milhares de famílias a abandonarem suas casas.

O objetivo é permitir que a vegetação ocupe toda a área, criando, assim, uma unidade de conservação. A Braskem deve apresentar a proposta de criação da RPPN para análise e aprovação do IMA e do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Ceptram).

A determinação consta na condicionante nº 27 imposta pelo IMA para a concessão da Licença de Operação Nº 2023.06121467685.EXP.LO, com base na Resolução Normativa Nº 08/2023, do Ceptram, e na Lei 6.787/06, Art. 5, para que a Braskem execute a demolição e outras atividades de apoio nas áreas dos imóveis abandonados, localizados na região afetada pela subsidência, nos bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Pinheiro.

### Dados sísmicos

Técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME), do Serviço Geológico do Brasil (SGB) e da Agência Nacional de Mineração (ANM), que compõem a sala de situação de crise do governo federal, também estão na capital alagoana para análises diárias a partir dos dados sísmicos da área afetada obtidos pelas Defesas Cíveis estadual e municipal e pela petroquímica Braskem, que acompanham o local em tempo integral.

No relatório mais recente, os especialistas da sala de situação avaliam que o “quadro de instabilidade geológica em Maceió (AL) está em acomodação” e que está melhorando diariamente. No entanto, a Sala de Situação recomenda cautela máxima na região e monitoramento integral.

Por precaução, a recomendação da Defesa Civil de Maceió é para que a população não transite na área desocupada até uma nova orientação do órgão, que deve vir após a adoção de medidas de controle e monitoramento para reduzir o perigo da região.

### **Governo federal**

Em Brasília, nesta quinta-feira, o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, afirmou que a preservação da vida é a grande preocupação do governo federal neste primeiro momento. A declaração foi dada após a desocupação das últimas 40 residências de famílias que ainda moravam na área afetada, dentro bairro do Mutange.



**Ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, ressalta que preservação da vida é a grande preocupação do governo – Fábio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil**

O ministro disse ainda que, a partir do agravamento da crise geológica, o governo federal tem discutido ações para minimizar os impactos à população moradora do local e comerciantes.

“Agora, naturalmente, nós vamos discutir, do ponto de vista de governo, como se darão os desdobramentos desse problema, que é um problema social, é um problema político e é um problema também técnico.”

Por meio dos monitoramentos feitos pela Sala de Situação, Alexandre Silveira disse que o Ministério de Minas e Energia tem informado a Casa Civil da Presidência da República, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e demais órgãos relacionados ao tema sobre cada movimentação do solo em Maceió. “Estou presidindo a sala de situação e, se necessário, estarei em Maceió para poder avaliar com cuidado os possíveis danos que a exploração do sal-gema causou naquela região,” diz o ministro.

O ministro adiantou que assim que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegar a Brasília, após participar da Cúpula de Chefes de Governo do Mercosul, receberá informações adicionais sobre a real situação em Maceió; “Para que possa avaliar a necessidade e a continuidade de medidas que já tomou, mesmo viajando, a fim de minimizar os impactos desse drama que vive a população de Maceió,” disse Silveira.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 08/12/2023**

## **CHEGADA DA AURA MINERALS À ALMAS, NO TOCANTINS, IMPULSIONA O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO**

**Informações: T1 Notícias**

Mineradora chegou na região em 2019, contribuindo positivamente para a prosperidade da cidade, por meio da geração de renda à população e fomento às iniciativas e projetos de impacto socioambientais.



“Quando a Aura chegou aqui, foi um deslumbre. Pensamos em oportunidades de emprego, melhorias para cidade, movimentação da economia. Mudou tudo: a cidade, as pessoas, até a maneira de buscar oportunidades”, quem conta essa história é o jovem Adrian Lima, aluno do SENAI e um dos integrantes dos cursos de capacitação promovidos pela Aura Minerals à população de Almas, no Tocantins.

A reflexão de Adrian se torna evidente ao observar as transformações proporcionadas pela Aura Minerals na operação desenvolvida em uma cidade com pouco mais

de seis mil habitantes e localizada a mais de 200 km da capital Palmas.

Como o jovem imaginava, desde 2019, quando a empresa desembarcou na cidade, a economia foi positivamente impactada, fruto das muitas mudanças provocadas pela Aura. Ainda durante as obras, a busca por insumos e mão de obra especializada em diferentes setores, abriu um leque de oportunidades para toda a região. A parceria da empresa com o SENAI é um exemplo claro de ações de capacitação e treinamento dos profissionais. Aliando teoria e prática, é possível absorver conhecimento, se manter atualizado sobre as diversas atividades envolvidas na operação, e entender melhor a importância da segurança do trabalho. Ao todo são mais de 60 mil horas de treinamentos e qualificações proporcionados pela empresa.

“A sinergia com a cultura e conexão com a comunidade local são algumas de nossas premissas e, sendo assim, priorizamos parcerias regionais, a fim de realmente transformar a realidade onde atuamos. Quando chegamos em Almas não foi diferente. Entendemos que se tratava de um momento especial para captarmos talentos que se somariam à nossa equipe e, aqui, também encontramos profissionais com potencialidades a serem lapidadas para estarem conosco. Dessa forma, investimos em capacitação de mão de obra, preparando esses profissionais para as oportunidades que oferecemos ao mercado. Esta é também a nossa forma de retribuir a parceria e receptividade da população”, explica Andreia Nunes, diretora de Operações da Aura.

Em Almas, atuação da Aura Minerals gerou benefícios sociais em diversas frentes.

Além disso, a chegada da Aura favoreceu o crescimento populacional, o que também gerou impactos positivos à economia. O setor de serviços, por exemplo, expandiu o número de ofertas de vagas de forma significativa, permitindo que profissionais como a auxiliar de cozinha, Núbia da Silva, tivesse a carteira de trabalho assinada pela primeira vez.

“Sempre lutei muito para conseguir um emprego e quando eu consegui fiquei feliz demais. Sei que ainda tenho muito a conquistar, como terminar a minha casa”, comenta Núbia.

Outro salto importante na região foi no quesito educacional. A atuação da companhia permitiu que alunos tivessem mais motivação para se dedicarem aos estudos, como explica a diretora da Escola Municipal Descoberto, na comunidade de Lajeado, Ione Martins: “Eles passam a ter a visão de que, se eles se formarem, poderão ir à mineradora para concorrer a um cargo”, diz.

A atuação da mineradora também agrega valor aos produtores rurais da região. Uma das iniciativas apoiadas pela empresa, a Feira da Alegria, hoje, conta com diversos expositores e reúne um número expressivo de pessoas que consomem os produtos ali vendidos, movimentando assim, a economia local.

O presidente e CEO da Aura Minerals, Rodrigo Barbosa, observa como o olhar amplo e cuidadoso sobre os impactos e benefícios das atividades realizadas pela mineradora é decisivo para as estratégias da empresa e norteia a tomada de decisão da mineradora.



“A mineração feita de forma transparente, com foco em ESG, promove mudanças profundas e positivas e é isso que proporcionamos todos os dias em Almas. Mais do que postos de trabalho, estamos preparando profissionais para atender as demandas do mercado. Estamos ajudando na construção de uma estrutura viável para diferentes tipos de projetos. Estamos dando ‘o empurrão’ que faltava para o desenvolvimento do enorme potencial já existente na região, para que as oportunidades cheguem e possam ser aproveitadas em sua plenitude”, finaliza o CEO.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 08/12/2023

## VERACEL CELULOSE INAUGURA CINCO USINAS SOLARES NA BAHIA QUE GERAM ENERGIA PARA SUA FÁBRICA E AINDA PRODUZ EXCEDENTES

Informações: *PetroNotícias*



A Veracel Celulose inaugurou cinco usinas de energia solar que estão instaladas em diferentes pontos de suas unidades produtivas, localizadas na região da Costa do Descobrimento, no Sul da Bahia. A empresa já é autossuficiente em energia na sua fábrica, e agora as usinas solares devem expandir esse modelo para áreas externas à unidade fabril, tornando a companhia independente de energia elétrica e evitando a emissão de 230 toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera. A matriz energética da Veracel tem foco em sustentabilidade, e as usinas solares vêm para complementar as diversas ações da empresa para ampliar o uso de energia limpa em sua

operação. Duas unidades estão próximas à fábrica, uma no Núcleo Florestal, outra no Terminal Marítimo de Belmonte (TMB), e a última na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, localizada entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

A utilização de energia renovável de base solar contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, otimiza recursos e representa, para o futuro, um potencial ganho com créditos de carbono para a Veracel, como explica Estanislau Victor Zutautas, consultor técnico da companhia: “Essa iniciativa é resultado de um portfólio de projetos avaliados e implementados hoje, mas que nos projetam para o futuro. Ela está inserida em nosso foco de buscar sempre as melhores alternativas ambientais, já que o uso de energia limpa faz parte dos nossos esforços de máxima preservação dos recursos naturais.” A empresa já produz 100% da energia necessária para os seus procedimentos fabris e ainda exporta o excedente para a rede nacional. A energia da fábrica é gerada por meio da queima do “licor preto” (um resíduo do processo de digestão da madeira que é realizado durante a fabricação de celulose) e também de cascas e outras sobras de madeira que não são aproveitadas pela produção da fábrica. Além disso, a empresa



complementa essa chamada biomassa para gerar ainda mais energia limpa, com o reaproveitamento de outros resíduos que são produzidos em abundância na região Sul da Bahia, como o caroço de açaí e o bagaço da cana de açúcar. Além de ser uma prática de economia circular que transforma em energia produtos que seriam descartados, a ação da companhia gera negócios para outros produtores do território.



**VERACEL**

Somente em 2022, a Veracel produziu aproximadamente 903.507,29 MWh/ano de energia, sendo que 619.172,98 MWh/ano foram para consumo próprio e 295.049,86 MWh/ano foram exportados para a rede, um total que equivale ao consumo de 2.212.873,95 habitantes. As novas usinas solares representam independência de geração de energia para as outras áreas da empresa. No total, as cinco usinas vão gerar, em média, 1,2 MW, ou seja, aproximadamente o consumo de 300 famílias. Com isso, a Veracel projeta reduzir até 100% de seu consumo atual de energia elétrica. “A alta incidência solar durante os meses mais quentes vai permitir que haja um excedente no estoque de energia das usinas para os períodos chuvosos ou de menor temperatura média”, explica Zutautas. “Esse excedente acumulado será distribuído em períodos com menos sol, o que vai garantir nossa operação independentemente do clima”, complementa o consultor. As usinas vão direcionar a energia captada dos raios solares para 14 medidores, instalados em áreas hoje não cobertas pelo sistema da fábrica. No processo para a instalação das usinas, a Veracel exigiu uma série de compromissos de sustentabilidade dos fornecedores. Isso incluiu especificações de segurança e ambientais, como ISO 9001, padrão de qualidade da empresa; ISO 14000, sistema de Gestão Ambiental; ISO 45000, sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional; e o selo INMETRO, atestado de que o produto foi fabricado de forma a respeitar e a atender aos requisitos de uma norma ou regulamento técnico.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 08/12/2023*

# Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

## PORTAL PORTO GENTE

### REGIONALIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

*Editor Portogente*

#### ***Porto é parte de um processo de transporte do vendedor ao comprador***

Seguindo o ex-ministro Márcio França (PSB) que anunciou o fim da ameaça de privatização do Porto de Santos, durante o governo anterior, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), acrescenta boas notícias comunicando a delegação de competência à Autoridade Portuária de Santos, para licitar, gerir e decidir sobre outorgas e demais providências que ainda hoje dependem de Brasília. Fato este que atesta compromisso com o desenvolvimento portuário e promove a regionalização do principal porto do Brasil.



**Foto: Berenice Kaufmann.**

#### ***Veja mais \* Debater a Antaq e regionalizar os portos***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115706-debater-a-antaq-e-regionalizar-os-portos>

Diferente de atender aos interesses de governo, como foi realizado com os portos do Paraná, quatro anos atrás, o comunicado de Sílvio Costa Filho regionaliza o Porto de Santos, o principal do hemisfério Sul, como um projeto de Estado. Convém que seja estendido para os demais portos, atrelado a um programa robusto de

longo prazo. Assim, promover infraestrutura eficiente, com planejamento do espaço urbano, proteção ao meio ambiente, para um comércio marítimo mais intenso e competitivo.

#### ***Veja ainda \* O túnel submerso do Porto de Santos está chegando***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115675-o-tunel-submerso-do-porto-de-santos-esta-chegando>



No caso do Porto de Santos, vai fomentar um desenvolvimento regional com participação dos municípios estuarinos de Santos: Guarujá, Cubatão, São Vicente, Praia Grande e Bertioga, como aglomerado portuário (cluster) produtivo e visão desenvolvimentista. Papel atribuído e mal representado, distante do porto, pela robusta Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM. Um processo inovador inadiável, com a Autoridade Portuária como principal ator, para participar do novo tempo do comércio internacional e promover progresso nacional.

***Veja também \* Hidrovias do Porto de Santos sem planejamento, liderança forte e conhecimento técnico***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115011-hidrovias-do-porto-de-santos-sem-planejamento-lideranca-forte-e-conhecimento-tecnico>

A competição global força a implantação de projetos estratégicos há muito anunciados, mas ainda sem estruturação suficiente, por falta da modelagem que ora a delegação promove. É o caso do Porto Indústria, como uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, uma área econômica poderosa, que por falta de projeto adequado, nunca ultrapassou o mero discurso. Sobretudo, esta regionalização aglutina competências de excelência para um resultado exitoso e conveniente ao esforço internacional do Presidente Lula.

***Veja ainda \* Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>

Decerto, os resultados advindos dessa delegação irão superar expectativas. Principalmente na reintegração dos dois espaços e melhorar a relação porto-cidade, nessa ampla e conurbada região com a intensa atividade portuária. Bem como viabilizar projetos de expansão da área de influência do porto e ampliação da hinterlândia para o desenvolvimento regional. Assim, gerar riqueza e trabalho, com qualidade ESG (Ambiental, Social e Governança na sigla em inglês). Em última análise, a viabilidade de um projeto com condições de levar ao progresso e à união.

***Veja mais \* Porto de Santos tem projeto de desenvolvimento e competência de realizar***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115677-porto-de-santos-tem-projeto-de-desenvolvimento-e-competencia-de-realizar>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/12/2023



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – REPORTO NA CÂMARA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei 5610/2023, que prorroga o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), é uma medida de extrema importância para os setores portuário e ferroviário. O Reporto reduz a carga tributária dos investimentos na modernização desses dois segmentos, que demandam melhorias e a expansão de sua infraestrutura. Assim, trata-se de um benefício estratégico para o desenvolvimento da economia brasileira e, como tal, deve ser mantido.

Agora, o projeto de lei, que já recebeu aval da Comissão de Infraestrutura do Senado, segue para análise no plenário da Câmara dos Deputados. A urgência proposta agiliza o processo de votação, permitindo que o projeto seja analisado diretamente no plenário da Câmara, sem a necessidade de passar por comissões.





A vigência do Reporto se encerra em 31 de dezembro deste ano, gerando urgência na sua renovação. Representantes do setor portuário buscam celeridade nessa aprovação, considerando que o não prolongamento do regime pode acarretar aumento de até 10% nos preços de produtos beneficiados em contratos de investimento já firmados. Nesse contexto, há expectativas de que o texto seja aprovado na próxima semana, última antes do recesso do Congresso Nacional.

A renovação do Reporto não é apenas uma questão tributária; é um estímulo estratégico para o investimento e a modernização dos setores portuário e ferroviário. A sua aprovação é essencial para manter a competitividade desses setores, impulsionando o desenvolvimento e a eficiência logística no País. Assim, cabe ao Parlamento garantir a renovação do Reporto, permitindo sua permanência pelo Executivo.

Os portos e as ferrovias brasileiros demandam investimentos e cabe ao poder público criar as condições para facilitar esses aportes. A permanência do Reporto é, sem dúvida, a principal medida para isso. Que o Legislativo e o Executivo, agora, façam a sua parte, viabilizando um importante impulso ao desenvolvimento da economia do País.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 08/12/2023**

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **ACORDO I**

O esperado acordo comercial entre o Mercosul e Singapura foi finalmente firmado na quinta-feira, dia 7, durante a cúpula do bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que acontece no Rio de Janeiro.

#### **ACORDO II**

Entre os principais pontos da parceria, fica estabelecido o fim das tarifas sobre os produtos que o país asiático importa do Mercosul. Na via contrária, o bloco sul-americano garante isenção a quase 96% das mercadorias vindas de Singapura.

#### **CONTÊINERES 1**

A audiência pública sobre a sobre-estadia de contêineres nos terminais portuários será realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor, na próxima segunda-feira, dia 11, às 15 horas, no auditório da entidade, em Brasília. A sessão será transmitida pelo Portal BE News em seu canal no Youtube. A permanência das cargas containerizadas nas instalações portuárias é tema da Resolução-Antaq 62/2021.

#### **CONTÊINERES 2**

Essa audiência ocorrerá em meio à consulta pública que a Antaq realiza sobre essa resolução e que prosseguirá até 30 de dezembro. A agência quer ouvir a comunidade sobre esse regulamento, principalmente a respeito dos temas referentes aos artigos 19, 20 e 21 do texto, que definem as regras para a eficiência da sobre-estadia dos contêineres, o dever de transparência e publicidade, o marco temporal do início e do fim da contagem de free me e as situações em que essa contagem é interrompida.

#### **GARGALO**

A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais do Brasil (Anec) esma que a categoria está deixando de ganhar cerca de US\$ 1,2 bilhão devido à fila de navios no Porto de Santos (SP) e à demora na emissão de certificados fitossanitários. Segundo reportagem do site Globo Rural publicada na quinta-feira, dia 7, já seriam mais de 100 embarcações aguardando, embora a Autoridade Portuária de Santos confirme 65.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 08/12/2023**



### NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA R\$ 3 MILHÕES PARA TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE FORTALEZA

Silvio Costa Filho visitou as instalações e assinou um termo de compromisso sobre o leilão do ativo  
Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**O termo de compromisso referente ao leilão do terminal do Porto de Fortaleza concede a área de movimentação de passageiros e atividades de entretenimento Crédito: Divulgação**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou um investimento de R\$ 3 milhões destinados ao Terminal de Passageiros do Porto de Fortaleza (CE). A informação foi dada na quinta-feira (7), durante visita dele ao local.

Foi assinado um termo de compromisso sobre o leilão do terminal, realizado no dia 11 de agosto, que concedeu a área de movimentação de passageiros e atividades de entretenimento. O espaço incluiu a capital cearense na rota de cruzeiros internacionais.

“Estamos assinando hoje os cerca de R\$ 3,5 milhões de investimento pontual, mas importante para gente melhorar o terminal, e a gente vai trabalhar para trazer novos cruzeiros, dando mais conforto ao turista, tendo em vista que a cada quatro turísticos que chega do estado, estamos falando de um emprego agora que é gerado é aqui na economia do Ceará”.

Costa Filho ainda deve se reunir com o governador Elmano de Freitas (PT) para apresentar um conjunto de ações do Ministério, visando melhorar a administração e atrair investimentos para o Porto de Fortaleza. Ele cita investimentos em dragagem e em requalificação do molhe como melhorias a serem consideradas.

O ministro afirmou que melhorias no acesso ao Porto estão sendo estudadas. Também falou sobre o serviço de tecnologia, com o objetivo de ampliar o transporte de cabotagem. “Tudo isso é fundamental para a gente poder prover crescimento para o estado do Ceará e trazer investimentos. Essa é uma orientação do presidente Lula”, disse Costa Filho.

A localização estratégica do Porto de Fortaleza, em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, facilita o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares para portos nos Estados Unidos, Canadá, América Central, Caribe, Europa, África e países do Mercosul. Adicionalmente, oferece itinerários para os demais portos brasileiros por meio da navegação de cabotagem.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/12/2023

### NACIONAL - CÂMARA APROVA URGÊNCIA SOBRE PROJETO PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO

Texto não precisa passar pela análise de comissões e a expectativa é de que ele seja votado na próxima semana

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira, dia 7, um requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei (PL) 5610/2023 que prorroga o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O texto foi aprovado na última semana de novembro em caráter terminativo na Comissão de Infraestrutura do Senado. A iniciativa foi do senador Carlos Portinho (PL-RJ) e do senador Jaques Wagner (PT-BA).



**A expectativa é de que o texto seja aprovado já na semana que vem, pois é o último período em que os parlamentares estarão em Brasília antes do recesso do Congresso Nacional Crédito: Arquivo**

Com a iniciativa do requerimento de urgência, o PL não precisa passar pela análise das comissões da Casa, sendo analisado apenas no plenário da

Câmara e depois segue para a sanção presidencial.

A validade do Reporto é até o dia 31 de dezembro deste ano. Os representantes do setor têm pressa na aprovação da matéria. Segundo interlocutores do setor portuário, o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) está em contato com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para a indicação de um relator para o PL.

A expectativa é de que o texto seja aprovado já na semana que vem, pois é o último período em que os parlamentares estarão em Brasília antes do recesso do Congresso Nacional.

Caso o Reporto não seja renovado, os preços dos produtos elegíveis para o benefício em contratos já celebrados pode ser elevado em até 10%, segundo estimativa do setor portuário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 08/12/2023

## NACIONAL - NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS QUER AGILIZAR PROCESSOS

Em entrevista exclusiva ao BE News, Álex Ávila fala sobre suas prioridades para a Secretaria  
Por LEOPOLDO FIGUEIREDO [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)



**“Vou trabalhar para otimizar processos, reduzir prazos para a autorização de leilões de instalações portuárias e para a liberação de TUP. Irei seguir as diretrizes já estabelecidas pelo ministro Sílvio”, destacou o novo secretário, nomeado na última quinta-feira**

**GRADUADO NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E PÓS-GRADUADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), ÁLEX SANDRO DE ÁVILA TEM 16 ANOS DE EXPERIÊNCIA NO MERCADO PORTUÁRIO. ATUOU NO PORTO DE PARANAGUÁ E ANTONINA, NA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL, NA ASSESSORIA DA DIRETORIA COMERCIAL, NA ASSESSORIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA E, POR TRÊS ANOS, FOI DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO. EM MARÇO DE 2019, ASSUMIU COMO DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA), E EM SETEMBRO DO MESMO ANO, COMO PRESIDENTE DA EMPRESA, PERMANECENDO NA FUNÇÃO ATÉ JANEIRO DE 2020. EM MAIO DE 2020, FOI PARA A INICIATIVA PRIVADA, TRABALHANDO COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FELIX (TPPF), EM ANTONINA.**



O novo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, Álex Sandro de Ávila, já tem definidas as prioridades da sua gestão. Em entrevista exclusiva ao BE News na noite de ontem, ele destacou que irá trabalhar para agilizar os processos administrativos do órgão, reduzindo o tempo para a aprovação de projetos de terminais públicos e privados.

“Vou trabalhar para otimizar processos, reduzir prazos para a autorização de leilões de instalações portuárias (públicas) e para a liberação de TUP (terminais de uso privado). Irei seguir as diretrizes já estabelecidas pelo ministro Sílvio (Costa Filho, de Portos e Aeroportos) e preparar a Secretaria (de Portos e Transportes Aquaviários) para dar respostas mais rápidas ao mercado”, afirmou Ávila, em entrevista por telefone, logo após cumprir agenda com o ministro no Porto de Fortaleza (CE).

Álex Ávila foi nomeado secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários ontem, dia 7, com a publicação da medida no Diário Oficial da União. Ele já era cotado para assumir o cargo desde a semana passada, quando a então secretária nacional Mariana Pescatori foi promovida para a função de secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos. Ávila já integrava a equipe de Mariana, estando à frente da Diretoria de Novas Outorfas e Políticas Regulatórias Portuárias.

Ao falar dos planos para sua gestão, o novo secretário explica que, ao reduzir os prazos de processos de implantação de terminais, quer simplificar medidas, desburocratizar a pasta e, assim, impulsionar os investimentos no mercado portuário. “Vamos buscar dar respostas mais rápidas para o setor privado conseguir atuar cada vez melhor. Minha grande missão é contribuir com o segmento”, destacou.

Atualmente, os técnicos da Secretaria Nacional de Portos já avaliam quais medidas podem ser “otimizadas”, explica o titular do órgão. E para isso, não descarta promover alterações normativas ou legais. “Ainda estamos estudando o que precisa ser feito para reduzir nossos prazos, mas se for necessário ajustar alguma regulamentação, iremos fazer”, afirmou.

Segundo Álex Ávila, os primeiros resultados desses esforços para agilizar os processos da pasta já serão percebidos pelo mercado no próximo ano.

### **Agenda e continuidade**

Na próxima semana, o novo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários realizará reuniões internas com chefes de departamento e assessores, para obter informações atualizadas sobre os projetos em desenvolvimento e os que ainda serão iniciados. “A partir daí, poderemos definir quais nossas primeiras entregas”, disse.

Ávila ainda destacou que dará continuidade aos planos da Secretaria, iniciados pelos seus antecessores no cargo, tanto Fabrizio Pierdomenico, que esteve à frente do órgão do início do ano até outubro, e Mariana Pescatori, titular nos últimos dois meses. Ele afirmou que continuará “trabalhando nos nossos projetos, como a regulamentação da BR do Mar (programa de incentivos ao transporte de cabotagem, realizado ao longo da costa) e criação da BR dos Rios (pacote de medidas para impulsionar o transporte hidroviário, uma promessa do próprio ministro Sílvio Costa Filho)”.

O titular da Secretaria de Portos também destacou, como uma de duas metas, reduzir os impactos da estiagem prevista para os rios da região amazônica – fenômeno ocorrido neste ano, quando chegou a interromper a operação de terminais fluviais de carga do Norte do Brasil, e que, segundo especialistas, deve se repetir no próximo ano.

Outra prioridade de Alex Ávila é avançar nos preparativos para a construção do túnel ligando as duas margens do Porto de Santos, nas cidades de Santos (SP) e Guarujá (SP). O empreendimento, atualmente em estudos, é avaliado em mais de R\$ 5 bilhões, sendo a maior obra portuária da nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.



“Vou lutar para que esta seja uma gestão de entregas, de realizações. Vamos concluir projetos, vamos melhorar processos, quero bater o martelo da B3 várias vezes (nos leilões de terminais portuários públicos)”, concluiu o novo secretário.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/12/2023

## REGIÃO NORDESTE - PARAÍBA VAI APRESENTAR PROJETO DA PONTE CABEDELLO-LUCENA NO PRÓXIMO DIA 11

Anúncio foi feito pelo governador João Azevêdo, que pretende lançar o edital ainda em 2023

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**O projeto indica que o novo equipamento terá 2.200 metros de extensão e sairá da Praia do Jacaré até a cidade de Lucena e, em seguida, para a BR-10, em Santa Rita Crédito: Divulgação/Prefeitura de Lucena**

O governador da Paraíba, João Azevêdo, confirmou que o projeto da construção da ponte que interligará os municípios de Cabedelo e Lucena será apresentado na próxima segunda-feira (11). Ainda segundo Azevêdo, sua intenção é lançar o edital para a obra ainda em 2023.

João ressaltou que o projeto, esperado há mais de 50 anos, será apresentado à sociedade para que “todos saibam onde a ponte vai passar e o que precisará ser feito”. A obra foi orçada em cerca de R\$ 500 milhões, com recursos do estado.

O chefe do executivo estadual garantiu que o novo equipamento vai melhorar a mobilidade urbana em João Pessoa e facilitar o acesso ao Porto de Cabedelo.

Já a audiência pública que discutirá a proposta foi marcada para o dia 20 de dezembro, conforme publicação feita no Diário Oficial do Estado (DOE) de quarta-feira.

De acordo com as informações, a audiência será realizada por meio da Secretaria Estadual da Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEIRH) na sede da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. Quem quiser participar precisa preencher uma ficha de inscrição presencialmente, no dia da audiência.

Já os interessados em encaminhar comentários, dúvidas e sugestões para aprimoramento dos documentos disponibilizados previamente à realização da audiência, poderão fazê-los até o dia 19 de dezembro. As manifestações deverão ser feitas com a identificação do autor (nome, CPF, RG ou CNPJ, endereço, e-mail e telefone) para o e-mail [pontecabedelolucena@gmail.com](mailto:pontecabedelolucena@gmail.com) ou presencialmente, no dia 20 de dezembro, durante a realização da audiência.

### Ponte

A obra da ponte Cabedelo-Lucena já foi anunciada outras vezes, por outros governos, mas nunca saiu do papel. Dessa vez, o governador garante que os trabalhos serão feitos durante seu mandato.

O projeto indica que o novo equipamento terá 2.200 metros de extensão e sairá da Praia do Jacaré até Lucena e, em seguida, para a BR-10, em Santa Rita. A obra permitirá, por exemplo, que os caminhoneiros que precisam se deslocar do Porto de Cabedelo até a rodovia não precisem mais passar por toda área urbana de João Pessoa.

Já para os moradores da região, atualmente, quem precisa se deslocar de Cabedelo a Lucena precisa usar a balsa. Com a ponte, o trajeto será facilitado.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 08/12/2023

## REGIÃO NORDESTE - MAERSK DEMONSTRA INTERESSE EM OPERAR NO PORTO DE NATAL

FIERN intermediou audiência com representantes da empresa e governadora Fátima Bezerra  
Por PAULO JOSÉ RIBEIRO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



O assunto foi debatido em uma reunião intermediada por Roberto Serquiz, presidente da FIERN, entre o coordenador regional da companhia, Giseldo Félix, e a governadora do Estado do RN, Fátima Bezerra/Divulgação Fiern

**PRECISAMOS PENSAR HOJE E VIABILIZAR O PORTO ATUAL. É NECESSÁRIO GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE APOIO, A RETROÁREA, AS DEFENSAS DA PONTE, O SCANNER, GUINDASTES, ENFIM, SITUAÇÕES QUE PRECISAM DO APOIO DO PODER PÚBLICO”**

**ROBERTO SERQUIZ**  
presidente da Fiern

A empresa Aliança Maersk estuda iniciar operações via Porto de Natal (RN). O assunto foi debatido em uma reunião intermediada por Roberto Serquiz, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), entre o coordenador regional da companhia, Giseldo Félix, e a governadora do Estado do RN, Fátima Bezerra, nesta quarta-feira (6).

Roberto Serquiz explicou que a FIERN atua para dinamizar e viabilizar as atividades do terminal portuário para que as empresas industriais voltadas às exportações tenham a opção de escoamento sem precisar operar em portos nos estados vizinhos.

“Sabemos que tem a Agrícola Famosa que já manifestou (interesse de operar no porto). Temos tratado com outros armadores e hoje foi o dia de apresentar a Aliança Maersk”, explicou o presidente da FIERN.

Fátima Bezerra declarou que o governo fará o que “estiver ao seu alcance” para que a empresa possa se instalar em Natal. “Temos um potencial imenso nesta área para movimentar o Porto em diversas cadeias produtivas, daí a importância de uma empresa do porte da Maersk vir para o Estado e aumentar a capacidade de logística e trazer desenvolvimento gerando empregos”.

Serquiz ressaltou que, apesar das perspectivas de novos portos no estado, o foco mais urgente são os investimentos no terminal disponível atualmente. “Precisamos pensar hoje e viabilizar o Porto atual. É necessário garantir a infraestrutura de apoio, a retroárea, as defensas da Ponte (Newton Navarro), o scanner, guindastes, enfim, situações que precisam do apoio do Poder Público”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 08/12/2023

### REGIÃO SUL - TCP ESTIMA GERAÇÃO DE 100 NOVOS EMPREGOS APÓS CHEGADA DE EQUIPAMENTOS

Empresa adquiriu 11 novos RTGs, que já vieram da China, e 17 TTs, com previsão de chegada para este mês

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



*Os 11 novos RTGs adquiridos pelo terminal são fabricados pela empresa chinesa ZPMC. Eles possuem altura de elevação de 21,2 metros, conseguindo içar 41 toneladas Crédito: Divulgação/TCP*

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) recebeu no final de novembro 11 novos RTGs (Rubber Tyred Gantry). Os guindastes partiram da China com destino a Paranaguá e

foram transportados já montados a bordo do navio.

Segundo o TCP, com a aquisição dos equipamentos, 65 novos postos de trabalho para operadores de transtêineres serão criados. Além disso, também serão abertas 35 novas vagas para operadores de Terminal Tractors (TTs), equipamento utilizado para transportar contêineres entre navio, pátio, armazém e ferrovia.

Com a assinatura da compra no mês de agosto, a TCP adquiriu 17 novos TTs com previsão de chegada para o mês de dezembro.

“A abertura de novos postos de trabalho vem para suprir a nossa demanda operacional e logística, garantindo um aumento de produtividade para o terminal e a oferta de mais oportunidades para a população parnanguara”, destaca Washington Bohnn, gerente de recursos humanos e qualidade do TCP.

A compra dos novos RTGs e dos TTs pela TCP faz parte de um pacote de investimentos de R\$ 370 milhões que deverá ser realizado até o final deste ano. Entre os projetos já concluídos estão a eletrificação de dois RTGs que operam na linha férrea, a construção de uma nova subestação de energia modelo GIS (subestações isoladas a gás), entre outros.

#### Características

Os 11 novos RTGs adquiridos pelo terminal são fabricados pela empresa chinesa ZPMC. Eles possuem altura de elevação de 21,2 metros, permitindo uma capacidade de empilhamento de 6+1, e conseguem içar 41 toneladas.

“Com os novos equipamentos, o número de RTGs da TCP sobe de 29 para 40, um aumento substancial de 38% no nosso parque de transtêineres, o que vai assegurar uma ampliação na produtividade e uma maior confiabilidade da retaguarda de operação de navio”, explicou o gerente de manutenção da TCP, Fernando Henrique Carneiro Reis.

Os RTGs também estão equipados com novas tecnologias de segurança, como o mapeamento de pilha a laser e um sistema anti-levantamento de carreta, o que evita acidentes nos casos em que o contêiner fica travado na carroceria de um caminhão.

Já os novos TTs, modelo KT2i 4x2, fabricados pela empresa polonesa Kalmar, têm capacidade para transportar até 85 toneladas de carga e possuem uma autonomia de três dias de operações ininterruptas, o dobro do período de trabalho dos veículos em uso no terminal de Paranaguá.

“A atualização da frota de Terminal Tractors da TCP trará mais eficiência às operações do terminal, bem como deve garantir maior segurança aos nossos colaboradores”, comentou o superintendente de operações e segurança, Nicolas Wang.

Os veículos adquiridos pela TCP contam com sistemas de proteção (ROPS e FOPS) e reforços estruturais na cabine, que garantem maior segurança para os colaboradores.

Além disso, os modelos oferecem maior conforto e ergonomia aos motoristas, graças às cabines com ampla visibilidade, assentos reguláveis e amortecimento pneumático. O levantamento elétrico da cabine também facilita os serviços de manutenção. Além da compra dos TTs, a TCP pretende adquirir mais 27 terminal trailers (semirreboques do caminhão) para complementar a frota.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 08/12/2023*

## MERCOSUL - MULTILOG INAUGURA PORTO SECO EM SANTA CATARINA VISANDO COMÉRCIO COM O MERCOSUL

Unidade alfandegada está localizada em Dionísio Cerqueira, próximo à Argentina

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***Novo empreendimento será um dos principais hubs de comércio exterior entre o Brasil e países do Mercosul (Foto: Divulgação)***

A Multilog inaugurou nesta quinta-feira (7) seu novo porto seco localizado no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Com instalações modernas e de alta tecnologia, a aduana prevê aumento considerável na movimentação de cargas com transporte terrestre e de origem no Mercosul.

Localizado próximo a fronteira com a Argentina, o novo empreendimento será um dos principais hubs de comércio exterior entre o Brasil e países do Mercosul.

O projeto recebeu investimentos na casa dos R\$ 50 milhões e ocupa uma área de 175 mil metros quadrados.

De acordo com a Multilog, o porto seco, quando totalmente implantado, terá 600 vagas de estacionamento para caminhões e um bolsão com capacidade para receber mais 100 veículos. A unidade conta com um armazém com 2 mil metros quadrados, com uma câmara fria com 128 metros quadrados e três docas. Ainda tem um pátio para cargas perigosas, dois gates de entrada, com balanças bidirecionais, e dois de saída.

A maioria das importações do Estado de Santa Catarina entrava pelos estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná, que geram grandes receitas com as operações.

Com a implantação do porto seco, o município de Dionísio Cerqueira deverá ampliar o número de caminhões de 80 para 500 por dia, em um período de 5 anos, com incremento de movimento de

cargas para até R\$ 5 bilhões no mesmo período. Quando atingir a plena capacidade de operação, a aduana poderá receber até 700 caminhões por dia.

O fluxo de cargas da nova aduana catarinense também deverá ser impulsionada pela entrada em vigor da Lei 17.762/19, normal estadual que trata dos benefícios fiscais de importação do Mercosul, com exceção ao Uruguai, para as empresas que realizam o desembaraço aduaneiro na unidade. As mercadorias uruguaias podem ser desembaraçadas em qualquer porto catarinense por razões logísticas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/12/2023

## REGIÃO SUL - TCP ESTIMA GERAÇÃO DE 100 NOVOS EMPREGOS APÓS CHEGADA DE EQUIPAMENTOS

Empresa adquiriu 11 novos RTGs, que já vieram da China, e 17 TTs, com previsão de chegada para este mês

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



*Os 11 novos RTGs adquiridos pelo terminal são fabricados pela empresa chinesa ZPMC. Eles possuem altura de elevação de 21,2 metros, conseguindo içar 41 toneladas Crédito: Divulgação/TCP*

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) recebeu no final de novembro 11 novos RTGs (Rubber Tyred Gantry). Os guindastes partiram da China com destino a Paranaguá e foram

transportados já montados a bordo do navio.

Segundo o TCP, com a aquisição dos equipamentos, 65 novos postos de trabalho para operadores de transtêineres serão criados. Além disso, também serão abertas 35 novas vagas para operadores de Terminal Tractors (TTs), equipamento utilizado para transportar contêineres entre navio, pátio, armazém e ferrovia.

Com a assinatura da compra no mês de agosto, a TCP adquiriu 17 novos TTs com previsão de chegada para o mês de dezembro.

“A abertura de novos postos de trabalho vem para suprir a nossa demanda operacional e logística, garantindo um aumento de produtividade para o terminal e a oferta de mais oportunidades para a população parnanguara”, destaca Washington Bohnn, gerente de recursos humanos e qualidade do TCP.

A compra dos novos RTGs e dos TTs pela TCP faz parte de um pacote de investimentos de R\$ 370 milhões que deverá ser realizado até o final deste ano. Entre os projetos já concluídos estão a eletrificação de dois RTGs que operam na linha férrea, a construção de uma nova subestação de energia modelo GIS (subestações isoladas a gás), entre outros.

### Características

Os 11 novos RTGs adquiridos pelo terminal são fabricados pela empresa chinesa ZPMC. Eles possuem altura de elevação de 21,2 metros, permitindo uma capacidade de empilhamento de 6+1, e conseguem içar 41 toneladas.

“Com os novos equipamentos, o número de RTGs da TCP sobe de 29 para 40, um aumento substancial de 38% no nosso parque de transtêineres, o que vai assegurar uma ampliação na produtividade e uma maior confiabilidade da retaguarda de operação de navio”, explicou o gerente de manutenção da TCP, Fernando Henrique Carneiro Reis.



Os RTGs também estão equipados com novas tecnologias de segurança, como o mapeamento de pilha a laser e um sistema anti-levantamento de carreta, o que evita acidentes nos casos em que o contêiner fica travado na carroceria de um caminhão.

Já os novos TTs, modelo KT2i 4x2, fabricados pela empresa polonesa Kalmar, têm capacidade para transportar até 85 toneladas de carga e possuem uma autonomia de três dias de operações ininterruptas, o dobro do período de trabalho dos veículos em uso no terminal de Paranaguá.

“A atualização da frota de Terminal Tractors da TCP trará mais eficiência às operações do terminal, bem como deve garantir maior segurança aos nossos colaboradores”, comentou o superintendente de operações e segurança, Nicolas Wang.

Os veículos adquiridos pela TCP contam com sistemas de proteção (ROPS e FOPS) e reforços estruturais na cabine, que garantem maior segurança para os colaboradores.

Além disso, os modelos oferecem maior conforto e ergonomia aos motoristas, graças às cabines com ampla visibilidade, assentos reguláveis e amortecimento pneumático. O levantamento elétrico da cabine também facilita os serviços de manutenção. Além da compra dos TTs, a TCP pretende adquirir mais 27 terminal trailers (semirreboques do caminhão) para complementar a frota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 08/12/2023

## NACIONAL - VITRINE

# VITRINE



CÂNDICE LA TERZA  
candice@portalbenews.com.br

**Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.  
Para quem gosta de um bastidor, bem-vindo(a)!**

### COMUNIDADE MARÍTIMA RIO DE JANEIRO



A Comunidade Marítima, Portuária e Naval do Rio de Janeiro realizou o tradicional almoço da entidade, no Clube Naval, na capital fluminense, homenageando este ano o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra, Marcos Sampaio Olsen, e contou com presença de vários membros da comunidade e autoridades do setor. Na foto, o presidente do Instituto Mar e Portos - Imapor, Paulo Cesar, o presidente do SindaRio, Frederico Palmeira, o Comandante da Marinha, Almirante Marcos Sampaio Olsen, o sócio da Kincaid Advogados, Márcio Luís Malta, o presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima - Fenamar, Marcelo Neri, o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros, Almirante Carlos Chagas, e o gerente-executivo do SindiPorto, Ronaldo Marais.

### 51 ANOS DE AMIGOS DA MARINHA EM SANTOS



Aconteceu no late Clube de Santos (SP), o Coquetel em comemoração aos 51 anos da Sociedade Amigos da Marinha (Soamar). Na foto, os irmãos Elber Alves Justo e Elmer Alves Justo, presidente da MSC no Brasil, e presidente da Medlog Brasil e da Soamar, respectivamente. Parabéns à Soamar pelo belo evento.



### PORTO DE SUAPE É AMIGO DO OCEANO

Esta foi a terceira edição da premiação do selo Terminal Amigo do Oceano, que faz parte das atividades do Porto de Suape, e avalia critérios que contemplam a governança ambiental, incluindo o consumo racional de água e de energia, e de práticas de combate ao despejo de lixo no mar. Parabéns às seis empresas arrendatárias condecoradas e ao Porto Suape pela iniciativa da premiação e reconhecimento. Na foto, representantes dos seis terminais contemplados com o selo: Transpetro, Pandenor, Decal, Tecon Suape, Ultracargo e Bunge.

### EXPOLOG 2023, NO CEARÁ



Prestigiando a 18ª edição da EXPOLOG 2023, em Fortaleza (CE), a membro da secretaria Geral da Comissão de Direito Marítimo, Portuário, Aeroportuário e Aduaneiro da OAB/CE, Andréa Aquino, a especialista em Concessões da Metric1, Millena Siqueira, a vice-presidente financeira do Complexo do Pecém (CE), Rebeca Oliveira, e o diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Infraestrutura - IBI, Mario Povia.

### CUBO ITAÚ - SÃO PAULO



O consultor de Transformação Digital da Wilson Sons, Guilherme Cruz, o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) e presidente do Conselho do Brasil Tech Export, Angelino Caputo, e o administrador no Ministério dos Transportes, Raul Sá, participaram da primeira iniciativa conjunta com o Hub Marítimo-Portuário do Cubo Itaú, o Demoday Cubo Marítimo-Portuário & ABTRA: startups que estão transformando as operações de navegação e portos. Foi uma excelente oportunidade para conhecer soluções tecnológicas inovadoras apresentadas pelas startups: Flows, LogShare, LoopT e Navigare.

### UM BRINDE A 2023!

**O Grupo Brasil Export realizou seu tradicional jantar anual de confraternização em Brasília na noite dessa quinta-feira, dia 7, reunindo autoridades e lideranças empresariais dos setores portuário e de transportes. A celebração ocorreu justamente na sede do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), o braço técnico da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, no Lago Sul da capital federal. Foi uma noite ímpar para celebrar as vitórias de 2023 - e foram muitas - e dar alguns spoilers sobre o que esperar de 2024 - no final de sua fala, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, mostrou um vídeo sobre um novo projeto do BE News, revelando apenas que a grande novidade será conhecida em 2 de fevereiro do próximo ano. Acompanhem o Vitrine para saber mais novidades sobre esse mistério, Confiram agora alguns flashes dessa linda festa de confraternização.**



Em interessante papo na confraternização do Brasil Export, o diretor-executivo do Brasil Export, José Vitor Mamede, a presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de São Sebastião (SP), Marina Cavalini Bailão, a secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, e o ex-ministro de Infraestrutura e atual diretor de Assuntos Regulatórios da Vale, Marcelo Sampaio.



A gerente de Relações Institucionais da Brasil Terminal Portuário (BTP), Luciana Guerise, o ex-secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários e consultor portuário Fabrizio Pierdomenico, a gerente de Relações Governamentais da MSC, Fernanda Pires, e o CEO da BTP, Ricardo Arten, também foram celebrar as conquistas de 2023 com o Brasil Export.





Debatendo os planos para 2024, o CEO da RV Conecta, Rodrigo Vilaça, o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima, e o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), André Luís Neiva.



Direto da sede do IBI, em Brasília, o diretor-executivo do Movimento Pró-Logística e presidente do conselho do Centro-Oeste Export, Edeon Vaz Ferreira, a advogada Sílvia Santiago e o diretor do Grupo Agemar e vice-presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Manoel Ferreira Júnior.



O presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) e ex-secretário nacional de Portos, Mário Povia, o jornalista do BE News Yousef Santos, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa, e a também jornalista do BE News Marília Sena, em interessante conversa sobre as novidades do Congresso Nacional. Experiente repórter de Brasília, Marília é uma das profissionais envolvidas no novo projeto do BE News que irá estrear em 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/12/2023



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### REGULAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE BIODIESEL ENCERRA 18 ANOS DE RESERVA DE MERCADO

Brasil que já é um exportador de biodiesel pode ampliar suas relações comerciais bilaterais através da importação, defende Sergio Araujo, presidente executivo da Abicom

*Por Opinião 8 de dezembro de 2023 Em Biocombustíveis, Colunas e opinião, Política energética*

único combustível de origem renovável ou fóssil que tinha a sua importação vedada no Brasil. Nesse dia, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) concluiu o processo de Consulta e Audiências Públicas nº 22/2022 regulamentando a importação do biodiesel e materializando as decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que estão presentes na Resolução CNPE nº 14 de 2020.

A referida resolução do CNPE foi o fruto de um longo trabalho conduzido pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com participação ativa da ANP, Ministério da Fazenda, TCU, EPE, Ministério da Agricultura (MAPA), ouvindo e dando atenção para todos os agentes atuantes na indústria de petróleo, biocombustíveis e energia de um modo geral.



**Adubação mecânica do solo com o uso de fertilizantes**  
(Foto: Wolfgang Ehrecke/Pixabay)

Até o dia 23 de novembro de 2023 o biodiesel era o

E culminou com o estabelecimento de um novo modelo de comercialização para o biodiesel, que entrou em vigor em janeiro 2022 e, após um período de transição, a liberação da importação do biodiesel que originalmente estava prevista para ser regulamentada em janeiro de 2023.

### 18 anos depois

A regulamentação da importação de biodiesel ocorre 18 anos após a inauguração da primeira usina de biodiesel no Brasil, representando para os produtores nacionais um incentivo para realização de investimentos na busca contínua pela melhoria da qualidade do produto e da eficiência na sua produção e logística.

O biodiesel importado irá compor a mistura obrigatória com óleo diesel fóssil, mas estará limitado a somente 20% da demanda, mantendo o mercado cativo de 80% da demanda de biodiesel para os produtores nacionais conforme está determinado pelas Resolução CNPE nº 14 de 2020 e Resolução ANP nº 857 de 2021.

A liberação da importação do biodiesel não gera uma situação de dano à indústria nacional de biodiesel que terá de forma cativa, pelo menos, 80% da demanda de biodiesel.

A título de informação de mercado, segundo dados COMEX STAT para o biodiesel (NCM 3826.00.00), até outubro de 2023 o Brasil exportou um pouco mais de 81 mil m<sup>3</sup> de biodiesel, um aumento das suas exportações de 69% em volume comparado com todo o ano de 2022, com 48 mil m<sup>3</sup> exportado.

Mesmo com o aumento da demanda interna por biodiesel devido ao incremento dos 10% para 12% na mistura obrigatória ao óleo diesel fóssil em abril de 2023 (Resolução CNPE nº 3 de 2023) o volume de biodiesel exportado pelo Brasil aumentou, indicando que a indústria nacional de biodiesel já está preparada e concorrendo nos mercados externos.

A Resolução CNPE nº 09 de 2020 permitiu aos produtores nacionais a possibilidade de importarem a matéria prima necessária para produção do biodiesel, mas até novembro de 2023, não era permitido importar o biodiesel acabado o que impossibilitava a contestação dos preços praticados no país.

Hoje, com a regulamentação da importação do biodiesel, fica potencializada a redução dos custos e, conseqüentemente, a redução nos preços, com impacto direto nos preços do óleo diesel para os consumidores ajudando na desejada redução da inflação além de promover um grande avanço para eliminação de uma “reserva de mercado” que prejudica a imagem do país.

O Brasil que já é um exportador de biodiesel tem a oportunidade de ampliar as suas relações comerciais bilaterais através da importação do biodiesel que além de restrita à 20% da demanda ocorrerá apenas em momentos muito específicos uma vez que dispomos de larga oferta da principal matéria para produção do biodiesel e farta mão de obra qualificada.

Sergio Araujo é presidente executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).



Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 08/12/2023

## NOVAS ÁREAS DO PRÉ-SAL TÊM POTENCIAL DE 2,1 BILHÕES DE BARRIS, ESTIMA ANP

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás e energia  
Por eptr 8 de dezembro de 2023 Em Comece seu Dia



**1o Ciclo da Oferta Permanente de Partilha do pré-sal, no Hotel Windsor Guanabara, centro do Rio (Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)**

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estimou potencial de 2,1 bilhões de barris em duas novas áreas do pré-sal de Santos: Rubi e Granada. Estudos sobre os blocos serão enviados ao Ministério de Minas e Energia, para inclusão em futuros leilões.

- Rubi tem uma área de 539 km<sup>2</sup>, enquanto Granada 616 km<sup>2</sup>. Foram indicadas por agentes do mercado, por meio do processo de nomeação.
- O MME já vai levar ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) outros 11 blocos, com potencial entre 1,73 bilhão e 3,69 bilhões de barris de óleo, para possível inclusão em futuros ciclos da oferta permanente de partilha.

O próximo leilão de partilha do pré-sal está marcado para quarta-feira que vem (13/12), no Rio de Janeiro.

- O 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP) terá cinco blocos exploratórios do pré-sal: Cruzeiro do Sul, Esmeralda, Jade e Tupinambá, na Bacia de Santos; e Turmalina, em Campos.
- A Petrobras já afirmou que não irá participar, mas outras seis empresas estão habilitadas: bp, Chevron, Petronas, Qatar Petroleum, Shell e TotalEnergies.

Diesel mais barato. A Petrobras anunciou a redução de 6,66% no preço do diesel a partir desta sexta-feira (8/12). A companhia vai baixar em R\$ 0,27 por litro o preço médio de venda de diesel A para as distribuidoras, que passará a ser de R\$ 3,78 por litro. Os preços da gasolina e do GLP foram mantidos.

Petróleo continua em queda. Os preços do petróleo caíram nesta quinta-feira (7/12) para o menor preço em seis meses, com expectativa de demanda fraca por energia nos Estados Unidos e na China.

- O WTI para janeiro fechou em baixa de 0,05%, a US\$ 69,34 o barril. O Brent para fevereiro caiu 0,33%, a US\$ 74,05 o barril.

Novo plano da ExxonMobil. A petroleira anunciou que vai investir entre US\$ 89 bilhões e US\$ 106 bilhões nos próximos quatro anos. A petroleira atualizou o seu plano corporativo e inclui a previsão de aplicar US\$ 20 bilhões em soluções de baixo carbono.

- A companhia planeja aumentar sua produção de óleo e gás dos atuais 3,8 milhões de barris equivalentes de óleo por dia (boe/dia) para 4,2 milhões de boe/dia, em 2027, com gás não convencional dos Estados Unidos e petróleo do offshore da Guiana.



Essequibo em disputa. A Embaixada dos Estados Unidos na Guiana anunciou nesta quinta-feira (7/12) um exercício militar no país em parceria com a Força Aérea guianesa. Segundo os norte-americanos, as atividades fazem parte de operações de rotina da parceria para “melhorar a segurança” local.

- O governo da Venezuela classificou os exercícios militares dos EUA como ‘provocação’.
- Os países do Mercosul divulgaram declaração, junto com Chile, Colômbia, Equador e Peru, em que manifestam “profunda preocupação” com o aumento das tensões entre Venezuela e Guiana e afirmam que a “América Latina deve ser um território de paz”.

Petrobras e Bolívia. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, se reuniu nesta quinta-feira (7/12) com o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Franklin Molina Ortiz, durante a Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro.

- É o terceiro encontro do executivo com o governo boliviano desde que assumiu a companhia – uma missão da petroleira também visitou o país em outubro.
- O objetivo da conversa, segundo a estatal, foi avaliar potenciais alianças e projetos conjuntos nos segmentos de gás, fertilizantes, energias renováveis e exploração e produção de óleo e gás.

ANP estuda mercado. A agência reguladora vai aprofundar estudos sobre os setores regulados, com análises específicas sobre temas como relações concorrenciais entre distribuidoras e postos de bandeira branca, campos maduros, mercado de GLP e de biocombustíveis.

- O Plano de Estudos Econômicos Estratégicos foi criado com o objetivo de ampliar conhecimento da agência sobre o setor regulado por meio de análises empíricas e subsidiar tomadas de decisão.

TotalEnergies busca startups. A companhia acaba de lançar o programa de inovação aberta Startup Together para empresas brasileiras. São cinco desafios. Os escolhidos em cada um vão ganhar R\$ 150 mil e farão parte da rede de parceiros da TotalEnergies. Veja como participar.

CPI da Braskem. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem no Senado conseguiu indicações para 9 das 11 vagas titulares, o que significa que já tem maioria para funcionar. Deve se reunir na próxima semana para definir presidente e relator.

- A CPI pretende investigar o que levou ao risco iminente de colapso de uma mina de sal-gema da petroquímica em Maceió. O solo no local cedeu 2 metros desde 30 de novembro.

Sem combustíveis fósseis. O documento preliminar do Balanço Global (Global Stocktake, GST) apresentado na COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, inclui a eliminação progressiva do uso de combustíveis fósseis.

- O documento preliminar serve de base para as negociações do documento final da COP28, com uma avaliação do combate às mudanças climáticas a partir do Acordo de Paris, podendo sugerir medidas mais ambiciosas para limitar o aquecimento da Terra.

Certificação de hidrogênio. O Brasil foi um dos mais de 30 países que assinaram a Declaração de Intenções da COP28 para o reconhecimento mútuo de regras de certificação para hidrogênio renovável e de baixo carbono, bem como derivados de hidrogênio.

- A declaração, assinada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), reconhece que a certificação é fundamental na cooperação multilateral para desbloquear o comércio internacional de hidrogênio e derivados.

Fusão nuclear. O enviado para o clima dos Estados Unidos, John Kerry, afirmou, durante a COP28 em Dubai, nos Emirados Árabes, que os EUA vão trabalhar com outros 35 países em um plano para acelerar a implementação da fusão nuclear, como mais uma fonte de energia limpa.

SAF deve triplicar. Estimativas da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) indicam que a produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, em inglês) devem triplicar dos 600 milhões de litros fornecidos em 2023 para 1,8 bilhão de litros em 2024.

- A participação no mercado global hoje é de apenas 3% de todos os combustíveis renováveis produzidos e 97% da produção é destinada a outros setores, como o transporte terrestre.

Opinião: Óleos vegetais e a jornada do biorrefino da Petrobras. A entrada do diesel renovável, somado ao biodiesel, permitirá aumentar o conteúdo renovável do diesel comercializado no país, escrevem Marcelo Gauto, Leonardo Martins Barbosa, Ricardo Drolhe Montauray Pimenta e José Luiz Zotin.

Navio a metanol. A Maersk anunciou que o primeiro dos seus 18 navios de grande capacidade movidos a metanol entrará em operação em fevereiro de 2024. A embarcação tem capacidade de 16 mil contêineres e é equipada com motor bicombustível, que permite operar com metanol, além de biodiesel e combustível convencional.

Opinião: Um tracajá no anjo e o hidrogênio renovável de biomassa. Desenvolvimento e implantação de projetos de produção e uso de hidrogênio renovável no Brasil precisam de um marco racional e responsável, analisa Luiz Augusto Horta Nogueira.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 08/12/2023*

## O CADE TEM UM PAPEL A CUMPRIR NO MERCADO DE GÁS

Com comando renovado, órgão precisa exercer sua competência em plenitude, escreve Laércio Oliveira

*Por Opinião 8 de dezembro de 2023 Em Colunas e opinião, Mercado de gás*



**Pronunciamento do senador Laércio Oliveira durante audiência da CAE, no Senado (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) integra o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, cujas competências e atribuições estão definidas na lei 12.529/2011 e, conforme o artigo 170 da Constituição Federal, tem a missão de zelar pela livre concorrência no mercado.

Deve atuar, assim, na prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão do abuso do poder econômico.

Entendo que a função do Cade é de fundamental importância para possibilitar o bom funcionamento dos mercados, coibindo atuações empresariais anticompetitivas.

Na próxima semana, o Senado Federal irá fazer a sabatina de quatro indicados para ocupar os cargos de conselheiros, razão pela qual apresento algumas reflexões acerca da importância dessa autarquia nas situações que trago a lume.



Vem sendo feito um enorme esforço para promover a criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo no setor de gás natural no Brasil, com base na lei 14.134/21, a nova Lei do Gás, da qual fui o relator na Câmara dos Deputados.

### **A Petrobras parece um camaleão**

Entretanto, a enorme concentração de mercado e atuação anticompetitiva do agente dominante, a nossa Petrobras, representa uma barreira quase intransponível.

A Petrobras parece um camaleão, que em alguns momentos se apresenta como uma empresa de mercado, com ações em bolsas de valores e comprometida com o lucro para os seus acionistas, incapaz de fazer qualquer concessão para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

E, em outras tantas ocasiões, comporta-se como uma empresa do governo, buscando ter tratamento privilegiado, muitas vezes se valendo dessa posição para angariar benefícios, quase sempre em detrimento dos demais players de mercado.

Exatamente por esse comportamento, a Petrobras foi denunciada ao Cade, tendo o tribunal do órgão de defesa da concorrência, em dezembro de 2018, determinado a abertura do inquérito administrativo contra a Petrobras para apurar suposto abuso de posição dominante no mercado nacional.

Visando encerrar o inquérito, a Petrobras conduziu negociações com o Cade para arquivamento de uma série de investigações sobre supostas condutas anticompetitivas da empresa no mercado de gás natural e de refino, vindo a firmar, em 11 de junho de 2019, o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) contemplando diversas medidas que tiveram por objetivo cercear a continuidade de tais condutas.

### **Posição de agente dominante**

O TCC passou a constituir em obrigação da Petrobras com o Cade e com todo o mercado em que está inserida. Extraí da página do Cade, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, as declarações que abaixo transcrevo, feitas por ocasião da assinatura do TCC:

Segundo Alexandre Barreto, o TCC envolve um desinvestimento inédito no Brasil e endereça as principais questões apontadas como problemáticas em várias investigações conduzidas pela autarquia, principalmente com relação à baixa disputa e baixa atratividade desse mercado, que opera como um quase-monopólio da Petrobras.

“O acordo foi construído em consonância com as melhores práticas internacionais no que diz respeito à consecução de um ambiente concorrencial saudável, mediante uso adequado e suficiente de remédios estruturais pró-competitivos que resolvam não só o problema atual, mas que também mitiguem, de modo duradouro, o risco futuro de eventuais condutas anticompetitivas no mercado nacional de refino de petróleo”, afirmou.

O superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro, destacou o papel do Cade na repressão e prevenção de condutas, como o abuso de posição dominante.

“Neste processo, o Cade atacou exatamente esses dois núcleos, de repressão quando abriu o inquérito, e de prevenção quando resolveu o inquérito, olhou para o futuro do mercado e sugeriu como deveria ser feito os desinvestimentos. É um momento histórico para a economia brasileira como um todo”.

Entretanto, a nova diretoria da Petrobras, desde que empossada, ignorou o TCC, deixando de implementar as ações estabelecidas consensualmente.

E mais: anunciou movimentos na direção exatamente oposta aos compromissos assumidos, cancelando negociações em andamento e buscando a retomada de ativos desinvestidos em





cumprimento do TCC, em absoluto descaso com o Cade e com o mercado de gás natural e derivados de petróleo.

Será que uma empresa normal de mercado, com ações em Bolsa de Valores, teria tamanha ousadia de agir dessa forma ou aqui é aquela Petrobras que assume o segundo papel, de empresa de governo, que tudo pode fazer, sem dar satisfações a ninguém?

Evidente o propósito da nova diretoria de promover maior concentração de poder e fortalecer ainda mais a sua posição de agente dominante nos mercados que atua.

Outra pergunta que precisa ser feita é quanto ao dever do Cade de acompanhar as medidas de cumprimento do TCC, já que o desrespeito esteve sempre evidente durante este ano, sem que se tenha notícias de alguma medida efetiva para obrigar o cumprimento daquilo que foi pactuado.

Importante registrar que o inquérito está suspenso em razão da celebração do acordo e somente será arquivado quando o Cade atestar o cumprimento de todas as obrigações previstas.

No final do mês de novembro de 2023, enfim, foi noticiado que a Petrobras solicitou ao Cade a renegociação do termo de compromisso de cessação (TCC) assinado para as áreas de refino e gás natural, sob o frágil argumento que o novo plano de negócios 2024/2028 aprovado pela empresa mudou a perspectiva de investimentos e a atuação da empresa.

### **A lei já prevê estímulo à competitividade**

Além da questão de cobrança do cumprimento do TCC, o Cade pode e deve agir, apurando o abuso do poder econômico da Petrobras, na condição de agente dominante do mercado, por infrações anticompetitivas decorrentes do elevado poder de mercado detido pela estatal no setor de gás natural, esvaziando o esforço para promover redução do preço do gás no país e, com isso, possibilitar a implementação do programa Gás para Empregar.

A Lei 14.134/2021, no seu artigo 33, dá poderes para a ANP adotar mecanismos de estímulo à eficiência e à competitividade e de redução da concentração na oferta de gás natural com vistas a prevenir condições de mercado favoráveis à prática de infrações contra a ordem econômica, ouvindo o Cade.

O Ministério de Minas e Energia, por meio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em conformidade com a resolução 03/2022, e em articulação com a ANP e o Cade precisam, em caráter de urgência, promover medidas de desconcentração do mercado de gás natural.

Trago aqui, a título de exemplo, o caso do projeto Sergipe Águas Profundas, no meu estado de Sergipe, que mesmo depois de 10 anos de atraso, a Petrobras resolveu agora, no seu Plano Estratégico de 2024 a 2028, mais uma vez, postergar a entrada do gasoduto de escoamento de 2028 para 2029. Já fora previsto para 2027.

Teve o propósito deliberado de evitar o expressivo aumento de oferta de gás nacional que poderia promover a redução do preço do gás no Brasil, tão desejado pelo Governo e por todo o setor industrial nacional.

O atraso no início de produção do projeto Seap, com o objetivo de manobrar preços no mercado interno, precisa ser enfrentado pelo governo e pela sociedade. O Cade certamente tem um papel relevante nesse processo.

O Senado está debruçado, neste momento, sobre a análise da indicação de quatro novos conselheiros e não podemos perder a oportunidade de, na sabatina que acontecerá na terça-feira, 12 de dezembro, trazer as questões aqui expostas para que os indicados possam se manifestar quanto aos seus entendimentos com relação à concentração de mercado existente no setor de gás natural, das medidas que podem e devem ser tomadas pelo conselho e da vinculação das empresas aos termos de compromissos firmados.

Os quatro indicados pela Presidência da República ao Cade assumirão um mandato de quatro anos na autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Entre as funções, está a de analisar e posteriormente decidir sobre atos de concentração econômica de grandes empresas que possam colocar em risco a livre concorrência, dentre outras atribuições.

Os indicados, sr. José Levi Mello do Amaral Júnior, sr<sup>a</sup>. Camila Cabral Pires Alves, sr. Diogo Thomson de Andrade e sr. Carlos Jacques Vieira Gomes terão como relatores dos respectivos processos os senadores Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Rodrigo Cunha e Nelsinho Trad.

Todos os quatro indicados possuem excelentes currículos. É preciso, entretanto, buscar conhecer como pensam em relação a assuntos tão importantes como este, em debate, e que posicionamentos poderemos esperar deles no exercício das suas funções quando do enfrentamento com interesses tão poderosos.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 08/12/2023*

## ONCORP PREVÊ INICIAR SEGUNDA FASE DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO DE TERMINAL DE GNL EM 2024

A empresa está olhando o afretamento de duas opções de FSRU para iniciar as operações em 2025  
*Por epbr 8 de dezembro de 2023 Em Mercado de gás*



**Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco (Foto: Divulgação)**

A Oncorp informou que pretende iniciar entre fevereiro e março do próximo ano a segunda fase do projeto de revitalização do Terminal de GNL do Porto de Suape, que terá capacidade de 4 milhões a 9 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural.

Segundo a empresa, em agosto foi concluída a primeira fase do projeto de revitalização do pier onde será instalado no terminal, obra que contou com a substituição de placas com problemas de drenagem.

Também foram ampliados os postos de respostas de emergência para atender ao projeto.

E agora a empresa está olhando o afretamento de duas opções de FSRU para iniciar as operações em 2025 enquanto analisa os movimentos da Petrobras no seu retorno ao mercado de gás no Nordeste, conta o diretor-executivo da Oncorp, João Mattos.

“A Petrobras voltou com tudo para as chamadas das distribuidoras. Temos que ver como isso vai afetar os preços. Ele (o preço) vai ser um balizador para o gás que será utilizado na região. Se isso vai ser piso ou teto só o tempo dirá”, diz o executivo.

### Terminal enquadrado no Reidi

Em julho, a Oncorp conseguiu enquadrar o projeto do terminal no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que prevê R\$ 20 milhões em suspensões fiscais para a unidade de regaseificação.

O projeto prevê com investimentos de R\$ 300 milhões e vai abastecer para abastecer a usina TermoPernambuco, da Neoenergia, a distribuidora de gás do estado, a Copergás.

A empresa olha projetos de pequena escala para interiorizar o gás natural e estima disponibilidade para novos 2GW de energia com o gás chegará via GNL em Suape.

Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 08/12/2023

## ENERGIA SOLAR POR ASSINATURA DEVE MOVIMENTAR R\$ 10 BI EM INVESTIMENTOS ATÉ 2025

Mapeamento da Greener aponta 4,2 GW de usinas fotovoltaicas em operação e construção para geração distribuída remota

Por epbr 8 de dezembro de 2023 Em Energia solar



Fazenda solar da LUZ em Brasília, DF (Foto: Divulgação)

BRASÍLIA — Levantamento da consultoria Greener das grandes usinas de geração distribuída remota em 2023 vê um cenário de aceleração do negócio no Brasil, com 4,2 GW acumulados desde o início da modalidade, há três anos, até setembro deste ano.

O volume considera usinas operacionais e em construção e representa um salto em relação

aos 2,3 GW registrados em 2022.

De acordo com a Greener, o mercado deve ultrapassar a marca de 3 GW em instalações anuais até 2025, devendo movimentar mais de R\$ 10 bilhões em investimentos nos próximos dois anos.

A modalidade de contratação de energia, em que o consumidor não precisa instalar equipamentos, mas obtém o desconto pelo uso de energia renovável na sua fatura está em alta entre o varejo, principal segmento de contratação, representando 43%, com destaque para farmácias e supermercados.

Já o setor de serviços, que inclui bancos, comercializadoras e gestoras de GD, somam 35%, funcionando também como canais para atendimento de consumidores.

A geração por assinatura também está ganhando clientes pessoas físicas. Hoje, o grupo — geralmente contratação residencial — representa 16% do total, ante 7% em 2022.

“Esse fator aponta tendência de ampliação da participação desse perfil na geração compartilhada”, observa o relatório (.pdf).

A consultoria avalia que a geração compartilhada pode se manter viável a depender das novas regras que serão definidas após 2029/2031.

“Redução de preços de equipamentos, queda na taxa de juros e tributação são fatores que podem contribuir para maior atratividade do modelo de negócio”, pontua.

### Desafios

Embora o mercado esteja indicando crescimento, a Greener pontua que a viabilização e implementação de novos projetos enfrentam desafios como conexão à rede e captação de recursos para investimento.

“A aceleração no volume de empreendimentos se esbarra em construtores experientes já atuando com capacidade máxima de obras sendo executadas em paralelo, fazendo com que a contratação de EPCistas (empreiteiros) também seja citada como um grande obstáculo”, completa.

Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 08/12/2023



### JORNAL O GLOBO – RJ

## ARGENTINA PREPARA PACOTE FISCAL QUE INCLUI CORTE DE GASTOS, ALTA DE IMPOSTOS E PRIVATIZAÇÕES; VEJA MEDIDAS

Objetivo é alcançar déficit zero em 2024. Plano, que está sendo finalizado, deve ser anunciado na segunda-feira e contempla ainda desvalorização do câmbio e liberação de preços de combustíveis  
*Por O Globo - RJ*



**Presidente eleitora Argentina, Javier Milei, faz discurso a apoiadores depois da vitória na eleição de domingo — Foto: Luis Robayo / AFP**

O governo de Javier Milei, que toma posse no próximo domingo, já trabalha em um pacote fiscal para tentar colocar a economia argentina nos trilhos. De acordo com o jornal El Clarín, serão 14 medidas que incluem corte de gastos, aumento de impostos para importação, desvalorização do peso e privatizações.

O pacote será lançado na segunda-feira e, ainda de acordo com o jornal, as medidas não precisam de aval do Congresso. Nesta sexta-feira é feriado na Argentina. O futuro gabinete de Milei deve se reunir no sábado para fazer o desenho final do programa. O objetivo é alcançar déficit zero em 2024.

Até a noite de quinta-feira, as principais medidas eram as seguintes, segundo o Clarín:

- Proibição ao Banco Central da Argentina de emitir moeda para financiar o Tesouro.
- Retirada gradual dos subsídios às tarifas entre janeiro e abril.
- Não haverá obras públicas, exceto aquelas com financiamento externo.
- Aumento de imposto sobre importações.
- Prorrogação do Orçamento de 2023 para congelar os gastos.
- Liberação de preços de combustíveis e planos de saúde.
- Suspensão de contribuições não reembolsáveis aos estados.
- Congelamento de benefícios orçamentários para empresas privadas.
- Os repasses para as universidades serão apenas pelos montantes e valores de 2023.
- Salários públicos ajustados à nova pauta orçamentária congelada.
- Transferência da dívida das Leliqs (títulos emitidos pelo BC argentino) para o Tesouro Nacional
- As empresas públicas se tornarão sociedades anônimas para facilitar sua venda.
- Desvalorização do peso e fixação do dólar comercial em cerca de 600 pesos. Mas a taxa de câmbio oficial teria um acréscimo adicional de 30% do imposto PAIS (sigla para Por uma Argentina Inclusiva e Solidária). O novo valor - se o imposto for aplicado - ficaria em torno de 700 a 800 pesos. Esse ponto ainda pode ser ajustado.

### Ajuste de US\$ 25 bilhões ou 5,5% do PIB

A Argentina enfrenta uma forte crise econômica, com inflação acima de 130% em 12 meses, escassez de dólares e contas públicas desequilibradas. Segundo previsão orçamentária para o ano que vem, o déficit fiscal está em 3,4% do Produto Interno Bruto (soma de todos os bens e serviços produzidos).



O Clarín relata bastidores de uma reunião que ocorreu nesta semana entre integrantes do futuro governo, incluindo Luis Caputo, o novo ministro da Economia argentina. Nesse encontro, Caputo disse que será implementado "um plano fiscal brutalmente ortodoxo".

- As pessoas votaram e validaram o ajuste. E é isso que vamos fazer (...) Vamos zerar o déficit (no ano que vem). A âncora do programa é fiscal - afirmou, segundo o jornal argentino.

De acordo com um dos interlocutores que estavam presentes na reunião, o pacote vai implicar um corte de 5,5% do PIB, que seria um ajuste de US\$ 25 bilhões. Em entrevista a jornais argentinos logo após sua eleição, Milei chegou a falar em ajuste de 15% do PIB.

O plano já conta com a aprovação do futuro presidente. Outras medidas que precisam de aval no Congresso, como mudanças na aposentadoria, também estão sendo discutidas.

### Renegociação com FMI

A mudança no câmbio oficial teria como objetivo reduzir o número de cotações distinta do dólar. Hoje, o dólar oficial fica em torno de 350 pesos, mas o dólar blue - aquele que é negociado no mercado informal - chegou a passar de mil pesos com a proximidade das eleições, realizadas no mês passado.

Paralelamente ao ajuste fiscal, o governo argentino terá de renegociar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No próximo 29 de dezembro, vence uma parcela do empréstimo de US\$ 1,7 bilhão, e não houve avanço nas conversas até agora.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/12/2023*

### NÃO BASTA SER ECONOMISTA

Para tirar a Argentina do buraco da enorme crise econômica em que mergulhou, é preciso, acima de tudo, jogo de cintura político

*Por Janaína Figueiredo — Buenos Aires*



**Javier Milei, presidente eleito da Argentina — Foto: Luis Robayo / AFP**

Javier Milei não é apenas o primeiro outsider a se eleger presidente da Argentina, é, também, o primeiro economista. Em suas próprias palavras, iniciará seu governo em momentos em que o país atravessa a pior crise econômica de sua História. Fazendo uma análise rápida e simples, quem melhor do que um economista para encarar o desastre econômico em que está mergulhado o país? Mas a análise da situação, quando se trata de Argentina, não pode ser rápida nem simples.

Para tirar o país do buraco não basta ser um economista — para alguns, inteligente, para outros, delirante, e que já foi acusado de plágio em um de seus livros — é preciso, acima de tudo, ter jogo de cintura político.

O capital político de Milei são os 55% dos votos que obteve nas urnas. O presidente eleito tem um mandato popular forte, mas carece de poder institucional. Esse capital político poderá evaporar-se rapidamente, como se viu recentemente na região, entre elas a do chileno Gabriel Boric, quando a sociedade argentina — impaciente por natureza — considerar que as expectativas geradas não foram atendidas.

O humor social não será o único termômetro a ser observado. Há dois atores centrais na política argentina que serão forças opositoras: amplos setores do peronismo e, sobretudo, do kirchnerismo, e

a grande maioria dos sindicatos. Recente estudo da Universidade Austral mostrou que desde 1983, ano da redemocratização, governos não peronistas enfrentaram quase o dobro de greves gerais do que os peronistas.

No governo de Alberto Fernández, que deixará o país com 41% de pobreza, recessão e uma taxa de inflação que poderia chegar a 170% ao ano, não houve sequer uma greve. O governo do radical Raúl Alfonsín (1983-1989) suportou 13 paralisações. Durante os dez anos do peronista de direita Carlos Menem (1989-1999), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) organizou oito greves, o mesmo número que enfrentou o radical Fernando de la Rúa em só dois anos de mandato. Nos 12 anos de governos kirchneristas (2003-2015), houve 6 greves gerais, e nos quatro de Mauricio Macri (2015-2019), cinco. Antes mesmo da posse de Milei, a CGT já ameaçou: “Quando um direito [dos trabalhadores] for afetado, iremos pra rua.”

Milei e seus colaboradores — próprios, do partido de Macri e do peronismo que, como Milei, idolatra os governos de Menem — estão elaborando um plano econômico que tem pouco tempo para dar certo. A economia argentina, admitiu o presidente de uma grande empresa de alimentos, está semiparalisada. A grande maioria das fábricas dessa empresa está operando com apenas 50% de sua capacidade. Os problemas financeiros são outro enorme desafio: pela primeira vez na História, o Banco Central tem reservas líquidas negativas.

Milei já avisou que os primeiros meses de seu governo serão de estagflação, combo que mistura estagnação econômica com inflação alta. Nos supermercados de Buenos Aires, os preços são reajustados todos os dias. O país ainda não entrou tecnicamente numa hiperinflação (a taxa deve superar 50% ao mês), mas já se vive num clima de descontrole de preços internos.

Existem dúvidas sobre a capacidade do presidente eleito de gerar confiança no curto prazo e fazer articulações que garantam a governabilidade. Milei, confessou um de seus colaboradores, jamais pensou que venceria a eleição. Conseguida a proeza, resta saber se o primeiro presidente economista e antiperonista resistirá ao contra-ataque dos derrotados, que, todos sabem na Argentina, virá. E virá rápido.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 08/12/2023*

## PRIVATIZAÇÃO DA SABESP: SAIBA OS PRÓXIMOS PASSOS E O QUE PODE MUDAR PARA OS CLIENTES DA EMPRESA

Venda da companhia ganhou o aval da Assembleia Legislativa de SP nesta semana  
*Por Bianca Gomes — São Paulo*



***A Sabesp, companhia de saneamento de São Paulo, pode ser privatizada pelo governador Tarcísio de Freitas — Foto: Gilberto Marques/Governo de SP***

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou nesta quarta-feira, com 62 votos favoráveis, o Projeto de Lei (PL) que autoriza o governo de São Paulo a privatizar a Sabesp. Porém, para que a empresa seja de fato desestatizada, ainda há um caminho importante a ser percorrido. Pelos planos do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a oferta pública de ações na Bolsa de Valores deve ocorrer apenas em meados do

ano que vem.

A sessão que deu aval à venda da Sabesp foi marcada por confronto entre policiais militares e manifestantes contrários à desestatização. Os PMs agiram com cassetete e spray de pimenta após parte do público tentar derrubar o vidro que separa a galeria (onde fica a plateia) do plenário.



### **Afinal, o que muda para os clientes?**

O governo promete baratear a tarifa de água e esgoto logo após a desestatização. Para isso, vai usar parte do dinheiro obtido com a venda da própria empresa. O tamanho dessa redução, porém, só será definido no começo do ano que vem, após a conclusão da Fase 1 da consultoria contratada por Tarcísio.

Mas e a longo prazo? O governo de São Paulo diz que vai garantir a chamada "modicidade tarifária" com os dividendos (parcela do lucro líquido) recebidos pelo estado. A redução da tarifa, segundo Tarcísio, valerá para toda a população, mas terá como foco os mais vulneráveis.

Presidente da Sabesp entre 2007 e 2011, o economista Gesner Oliveira diz que os paulistas que, hoje, não têm acesso à água, coleta e tratamento de esgoto vão sentir mais a diferença da privatização na prática.

— Essas pessoas vão perceber a aceleração dos investimentos. Além daquelas que moram em comunidades que hoje não estão previstas na universalização atual da Sabesp—diz Gesner.

Rosane Menezes Lohbauer, sócia de infraestrutura do Souza Okawa Advogados, acredita que o controle da Sabesp na mão do setor privado deve trazer celeridade, eficiência e universalização no serviço prestado.

— Sem falar na possibilidade de aportar tecnologia e recursos necessários, com urgência, em um cenário cada vez mais presente de escassez hídrica — diz ela.

O advogado Wladimir Antonio Ribeiro, especialista em Direito Ambiental com ênfase em saneamento básico, explica que, hoje, por ter o estado como controlador, a Sabesp aceita posturas que o privado, a princípio, não aceitaria.

Por exemplo, trabalhar com prejuízo no longo período, acreditando que ele vai ser coberto no futuro. Com a privatização, esse cenário tende a mudar, o que pode impactar os consumidores.

— Hoje, por exemplo, o governo de São Paulo lida com as contingências de mudança hídrica de forma fácil, por causa do modelo de regulação que temos. Existe uma grande flexibilidade de mais investimentos. Tivemos restrição hídrica, mas a Sabesp foi capaz de mobilizar recursos com rapidez, o regulador foi capaz de recalculas as tarifas. Inclusive, como se viu no período da crise hídrica, conseguiu-se trabalhar com tarifas para incentivar certos comportamentos e compensar a Sabesp. Essas ferramentas não vão existir mais — explica Ribeiro, que é sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados.

### **Quais os próximos passos da privatização?**

Além de sancionar o PL aprovado na Alesp, para torná-lo lei, o governo deverá se reunir com todos os 375 municípios atendidos pela companhia de saneamento para a elaboração, conjunta, de um novo contrato com a Sabesp, que será válido até 2060.

Esse contrato vai reunir 375 anexos, um para cada município, nos quais devem constar informações como as obras que a empresa deverá realizar nessas cidade, as metas e as penalidades, de uma forma que cada prefeitura possa acompanhar e cobrar. As penalidades serão acionadas gradativamente e a depender do descumprimento. Poderão, por exemplo, ser mais leves na primeira vez e se tornarão mais rigorosas a cada reincidência.

Ao mesmo tempo, o governo pretende promover uma consulta e audiência pública, para debater com a sociedade o conjunto da estrutura da desestatização, como os documentos discutidos com os municípios. a

Segundo o advogado Paulo Dantas, especializado em Infraestrutura e Direito Público e sócio do Castro Barros Advogados, Tarcísio também terá de conseguir o sinal verde da Câmara Municipal de São Paulo para avançar com a privatização.

—O contrato da Sabesp com o município de São Paulo tem uma cláusula que diz que, em caso de mudança no controle da empresa, é necessário ser assinado um novo contrato, que precisa ser aprovado pela Câmara Municipal — explica Dantas. — Se, por algum motivo, a Câmara não autorizar o novo contrato, há um impacto direto no valor de venda da Sabesp. Isso porque os investidores estariam comprando uma empresa sem o seu maior ativo atualmente — acrescenta ele.

O governo de São Paulo, porém, discorda, e diz que "não é obrigatório, pois o Novo Marco do Saneamento revogou explicitamente o dispositivo legal que dizia que o contrato de saneamento seria extinto no caso de perda do controle acionário por parte do estado".

Antes de vender efetivamente a Sabesp, Tarcísio precisa definir ainda o valor pelo qual a empresa será vendida; o tamanho da participação do estado após a desestatização; e o tipo de oferta: primária, secundária ou uma combinação de ambas. Ou seja, se haverá emissão de novas ações aos investidores, venda de ações já existentes, do próprio estado, ou as duas coisas juntas.

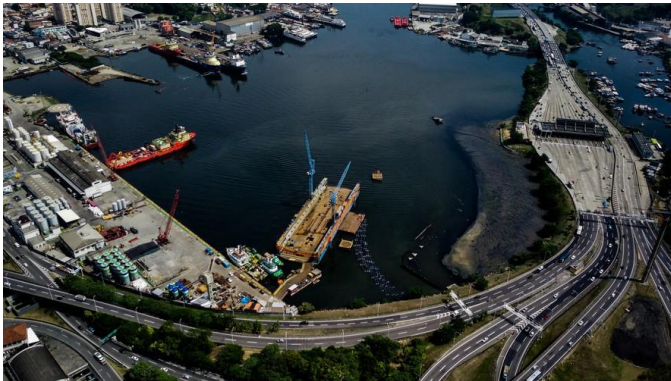
**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 08/12/2023**

## **NITERÓI AJUSTA A ROTA PARA VOLTAR A SE DESTACAR NA INDÚSTRIA NAVAL**

Dragagem do Canal de São Lourenço permitirá aproximação de embarcações de maior porte e revitalização do Terminal Pesqueiro

Por Prefeitura de Niterói



**Com início este mês, obras aumentam a profundidade do Canal de São Lourenço de sete para 11 metros — Foto: PREFEITURA DE NITERÓI/ALEX RAMOS**

A história de Niterói com a indústria naval foi inaugurada em 1846, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, fundou, na Ponta da Areia, o primeiro estaleiro brasileiro. O futuro do município também passa pelo segmento, com a dragagem e o consequente aumento da profundidade do Canal de São Lourenço de

sete para 11 metros, que ampliará as atividades off-shore e permitirá a aproximação de embarcações de maior porte. O investimento alcança R\$ 140 milhões, e as obras devem ser concluídas em 15 meses.

O município pretende ainda revitalizar o antigo Terminal Pesqueiro, inaugurado uma década atrás pelo governo federal, mas que nunca entrou em funcionamento. Através de uma parceria público-privada (PPP), a ideia é aproveitar o espaço e a infraestrutura existentes.

Com uma área de 6.548 metros quadrados, o terminal vai abrigar um prédio principal para comercialização, fábrica de gelo, área para expedição, boxe para recepção de pescados junto ao cais, expedição rodoviária, área das docas, além de espaços para lojas, restaurantes e entretenimento.

O prefeito Axel Graef esclarece que a dragagem faz parte de um trabalho árduo, com várias etapas. O processo licitatório já foi concluído, e o consórcio vencedor finaliza o projeto executivo e o planejamento para iniciar, ainda este mês, as primeiras ações. O estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) para a dragagem do Canal de São Lourenço foi arcado com recursos municipais: R\$ 772 mil.

— Estamos falando de um dos maiores licenciamentos ambientais da história do estado. É uma intervenção que vai alavancar a indústria naval e de pesca, gerar emprego e renda e projetar Niterói





— explica o prefeito. O levantamento levou em consideração a geologia através da análise do solo, níveis de ruídos subaquáticos, caracterização de qualidade da água e qualidade química e microbiológica. A fauna marinha e suas características também foram analisadas. Após a liberação do estudo e da licença ambiental, os resultados foram apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) aos órgãos competentes do governo federal.

### **PERSPECTIVAS ECONÔMICAS**

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Luiz Paulino Moreira Leite, atravessou o Atlântico em busca de paradigmas de negócio.

— Temos como estratégia da cidade a economia do mar. Já fomos a Portugal olhar modelos de entreposto de pesca e estamos vendo a possibilidade até de trazer investidores para essa cadeia produtiva — revela Paulino.

Para o secretário executivo do município, Rodrigo Neves, a dragagem do canal é esperada há 30 anos pelos representantes do setor e agora é o momento certo para retomar os investimentos.

— Nos últimos seis anos, o setor naval sofreu muito, agora estamos organizando uma agenda com o governo federal, porque sabemos que a política da indústria naval tem muito a ver com políticas macroeconômicas — destacou Neves.

Segundo o diretor do Porto de Niterói, Wilson Coutinho, após a dragagem, deverá haver um aumento de mais de 30% a médio prazo nas atracações e nos serviços portuários.

— Essa ação é fundamental para apoiar o setor. Vai ser muito bom termos essa estrutura que virá a reboque da dragagem, com estrutura sanitária e capacidade de desembarque — observa o presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Saperj), José Inácio Figueiredo do Couto.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 08/12/2023*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

#### **CRISE EM MACEIÓ: QUEM É ACIONISTA DA BRASKEM? AS MINAS AINDA FUNCIONAM? O QUE DIZ A JUSTIÇA?**

Risco de colapso na mina 18 fez Maceió decretar situação de emergência por 180 dias; área de exploração de sal-gema tinha imóveis com cerca de 57 mil moradores e comerciantes

*Por Marcio Dolzan*

O risco de colapso da mina 18 da Braskem em Maceió deixou a capital alagoana em estado de emergência desde a semana passada devido à possibilidade de afundamentos em ao menos cinco bairros. Esse problema veio à tona em 2018. À época, uma forte chuva, acompanhada de tremor de terra, provocou rachaduras em vias e imóveis da cidade.

Uma investigação apontou que os problemas foram originados na exploração de sal-gema naquela área, onde houve atividade minerária a partir dos anos 1970. Desde então, três bairros inteiros foram totalmente desocupados, e outros dois foram desabitados parcialmente.

Houve ações e acordos judiciais - que envolvem a empresa, autoridades e os moradores -, mas a novela relacionada às minas segue longe do fim. Nessa quinta-feira, 7, a Defesa Civil informou que permanece em alerta por causa do deslocamento do solo na área da mina 18. O afundamento já passou dos dois metros.

O Estadão preparou uma lista de perguntas e respostas sobre a crise em Maceió.



***Bairro Bom Parto, que fica próximo à mina 18 da Braskem em Maceió, foi parcialmente desocupado Foto: TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO***

### **Como começou o desastre envolvendo a extração da Braskem em Maceió?**

Há uma data oficial: 3 de março de 2018. Naquele dia, o município registrou forte chuva, acompanhada de tremor e afundamento do solo. Rachaduras em alguns imóveis de bairros como Pinheiro, Mutange e Bebedouro, além buracos em vias, serviram como provas mais visíveis de que havia algo de errado.

Meses depois, o mesmo aconteceu no bairro Bom Parto, que também fica nas adjacências da área de exploração mineral, que teve início nos anos 1970.

Especialistas, porém, apontavam para problemas que seriam oriundos das escavações desde 2010. Naquele ano, artigo publicado por pesquisadores de diferentes instituições, incluindo a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mostrou que a exploração do sal-gema pela Braskem estava provocando aumento do nível do lençol freático, o que poderia provocar maior pressão e afundamento do solo.

### **Mas, se houve chuva forte e tremor, os problemas em Maceió não podem ter sido provocados por um fenômeno natural?**

Quando surgiram as rachaduras, não havia resposta clara para os motivos. A partir disso, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) começou a fazer estudos na região. Tempos depois, o órgão descartou que se tratasse de fenômeno natural.

Depois, o SGB apresentou os resultados de seus estudos: eles apontaram que a extração mineral de sal-gema pela Braskem foi a responsável pelos danos na cidade.

Ao todo, 35 minas de extração de sal-gema já foram abertas em Maceió nesse período. Além da mina 18, que tem maior risco de colapso, o estudo do SGB apontou deformação em outras.



***Mina 18 corre risco de colapsar; bairro Mutange, onde ela está localizada, foi totalmente desocupado a partir de 2018 Foto: FOTO TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO***

### **Qual é o tamanho da área comprometida?**

Segundo Ministério Público Federal (MPF) de Alagoas, a área comprometida equivale a 255 campos de futebol e abrange mais de 14 mil imóveis ocupados por 57 mil moradores e comerciantes.

Dados da própria Braskem apontam que foi identificada a necessidade de desocupação preventiva em 14.544 imóveis, sendo que a realocação foi feita em 14.454. Das 19.096 solicitações de compensação financeira apresentadas, 19.564 foram aceitas e 17.908 indenizações já foram pagas.

### **Como o caso da Braskem em Maceió é tratado na esfera judicial?**

Desde março de 2018, diferentes ações contra petroquímica foram movidas pelos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MP-AL). Três dessas ações partiram do MPF, incluindo uma contra órgãos de fiscalização do governo de Alagoas e da União.

Na ação socioambiental, segundo o MPF, são réus o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), além da própria Braskem. Procurados pela reportagem, IMA e ANM não se manifestaram.

No curso desses processos, acordos extrajudiciais foram homologados. Em um deles, a Braskem se comprometeu a apoiar a desocupação dos imóveis em áreas consideradas de risco, bem como realocar seus moradores e indenizá-los.

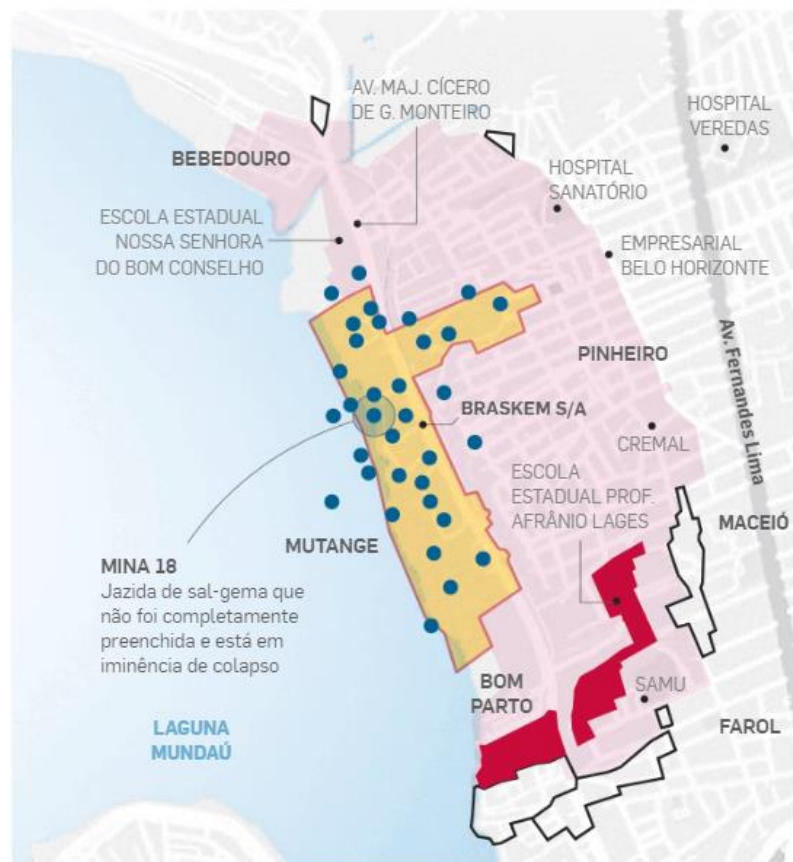
No acordo, a empresa se comprometeu a “reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos socioambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió”. O município aderiu ao acordo em 2021, “notadamente para medidas de reparação”, segundo o texto encaminhado para homologação judicial.

O montante é de R\$ 1,7 bilhão, valor que é “reconhecido e declarado pelo município como suficiente para sua reparação integral, englobando compensação, indenização, honorários e/ou ressarcimento por todos e quaisquer danos diretos e indiretos, patrimoniais e extrapatrimoniais, eventualmente suportados pelo Município”, segundo estabelece o acordo.

### Raio-x da área afetada da cidade

#### LOCALIZAÇÃO DAS MINAS E ÁREAS DE MONITORAMENTO

- ÁREA DE RESGUARDO
- ÁREA CRÍTICA
- MINAS
- ÁREA COM MUDANÇA DE CRITICIDADE DE 01 PARA 00
- NOVAS ÁREAS DE MONITORAMENTO



No último dia 30, a Justiça determinou que mais imóveis - tanto na área mais crítica quanto nas áreas de monitoramento, caso os moradores desejassem - fossem incluídos no programa de compensação financeira da empresa.





O governo de Alagoas, por sua vez, afirma que o passivo causado pela Braskem com o problema das minas de sal-gema é de aproximadamente R\$ 30 bilhões.

Em outubro, a Justiça condenou a Braskem a indenizar o Estado de Alagoas por danos devido ao afundamento de cinco bairros, com valor ainda a ser calculado. A ação foi movida pelo governo estadual por meio da Procuradoria Geral do Estado.

Em abril, a Justiça chegou a determinar o bloqueio de R\$ 1 bilhão da Braskem após pedido do governo alagoano pela reparação de danos, mas a decisão foi suspensa posteriormente.

### **Quem é responsável pela Braskem?**

Do capital total da Braskem, 38,3% pertencem à Novonor (ex-Odebrecht), 36,1% a Petrobras, e outros 25,5% a outros sócios. A construtora, por sua vez, detém 50,1% do capital votante (parte do capital da companhia representado por ações com direito de voto), enquanto 47% pertencem à petroleira, e 2,9% aos demais.

Existe, porém, uma negociação para vender a Braskem. Com apenas uma oferta na mesa, da petroleira de Abu Dhabi Adnoc, a Novonor e seus credores estão atrás de outros potenciais interessados na empresa, segundo a Coluna do Broadcast.

### **Quais medidas já foram adotadas pela Braskem após 2018?**

Segundo a petroquímica, diferentes iniciativas foram acordadas com autoridades federais, estaduais e municipal. Elas incluem realocação preventiva e compensação financeira das famílias; ações sociourbanísticas e ambientais; apoio a animais; zeladoria e vigilância nos bairros; monitoramento do solo e fechamento definitivo dos poços de sal.

Com o fechamento das minas, as operações da Braskem em Alagoas prosseguem com matéria-prima importada do Chile.

A Braskem diz ainda, em nota, que “desenvolve ações em Maceió com foco na segurança das pessoas e na implementação de medidas amplas para mitigar, compensar ou reparar impactos decorrentes da desocupação de imóveis nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange e Farol”. Todas as ações, afirma a empresa, são fiscalizadas pelos órgãos competentes.

“As iniciativas, acordadas com autoridades federais, estaduais e municipal, abrangem diversas medidas como a realocação preventiva e compensação financeira das famílias; ações sociourbanísticas e ambientais; apoio a animais; zeladoria e vigilância nos bairros; monitoramento do solo e fechamento definitivo dos poços de sal”, acrescenta a companhia.

### **Quais os valores já empenhados com indenizações?**

Dados da companhia divulgados ao mercado apontam que, até o momento, R\$ 14,4 bilhões foram provisionados e R\$ 9,2 bilhões já foram desembolsados com as ações adotadas no Estado. Os valores incluem indenizações e medidas socioambientais e econômicas.

### **O que aconteceu com os bairros afetados?**

Ao todo, cinco bairros estão nas áreas de risco. Três deles já foram totalmente desocupados: Mutange, onde fica a mina 18, Pinheiro e Bebedouro. Os outros dois, Bom Parto e Farol, foram parcialmente desocupados.

Quem deixou suas casas foi indenizado pela Braskem. Os valores envolvidos consideravam a avaliação do imóvel. Moradores das regiões afirmam que quase a totalidade aceitou as propostas, considerando os riscos e, também, o fato de os bairros se esvaziarem, sem segurança nem qualquer serviço ou comércio. Quem não concorda com os valores oferecidos tem entrado na Justiça a fim de buscar uma compensação melhor.

Atualmente, em sua maioria, restam apenas os esqueletos dos imóveis nos três bairros totalmente desocupados. As casas não têm mais porta e janelas; muitas delas também estão sem o teto. O acesso a elas foi concretado pela Braskem.



Em algumas regiões, como em Bom Parto, há ruas que não tiveram a interdição recomendada pela Defesa Civil. Nestas áreas, grande parte dos moradores afirma que deseja se mudar, mas não tem dinheiro para isso.

***Bairro Pinheiro, em Maceió, foi totalmente desocupado; Igreja Batista funcionou até domingo, 3 de dezembro, quando também foi interdita*** Foto: FOTO TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

### **A área poderá ser reocupada?**

As áreas onde ocorreram evacuações não estão condenadas para sempre. Poderão ser reocupadas, mas isso dependerá de monitoramento constante, avaliação de custo e interesse público.

“Depende da intensidade do problema e do mapeamento da extensão”, diz geólogo Francisco Dourado, professor da Universidade do Estado do Rio (Uerj). “Diferentes soluções podem ser adotadas, e isso vai condicionar as medidas de mitigação e seus custos. A partir daí, se estabelece a relação custo-benefício”, afirma.

“Se os custos (financeiros, políticos e sociais) ultrapassarem os benefícios, opta-se por proibir o uso da área, mas isso não significa que a área não será utilizada. Se o custo for menor que os benefícios, executam-se obras e a área pode ser novamente ocupada. Às vezes por um novo tipo de ocupação, como uma área de lazer ou comercial”, exemplifica.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 08/12/2023**

### **A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP**

Deve-se cobrar uma boa regulação para que a privatização seja bem-sucedida, mas os inconformados com a democracia não querem discutir nada disso: só querem mesmo é bagunçar  
**Por Notas & Informações - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES**

Como se viu nas cenas de violência promovidas pela oposição durante a votação da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), os inconformados com a democracia andam de braços dados com a vanguarda do atraso. Como se ainda estivéssemos nos anos 1990, época em que sindicalistas davam pontapés em quem ousava participar dos leilões, o debate está eivado de paixão, inimiga natural da razão. E agora, fiéis à sua natureza, esses inconformados com a democracia vão buscar refúgio no Judiciário para que a lei a ser sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas seja declarada inconstitucional, complementando a tentativa já consumada pelo PT e o PSOL, que entraram em outubro com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar o decreto que facilitou a privatização.

Enquanto o imbróglio jurídico se arma, é preciso registrar, primeiro, a vitória política do governador, que fez a promessa de privatizar a companhia em sua campanha, no ano passado. Essa é, portanto, uma agenda já submetida ao crivo do eleitorado. O segundo registro é de natureza técnica: o projeto de lei aprovado está em linha com a realidade do setor, no geral longe de atingir as metas de universalização.

São Paulo é uma das raras exceções no cenário de atraso que se observa no saneamento. Tem alta cobertura de água (96,5%), coleta de esgoto (87,7%) e tratamento de esgoto (65%), todos em níveis



melhores do que a média nacional, segundo registrou Gesner Oliveira, ex-presidente da companhia, no Estadão. Os críticos da privatização argumentam que esse sucesso é justamente a razão pela qual não há necessidade de entregar a Sabesp para o capital privado. Engano. O resultado paulista foi possível porque a empresa abriu capital, ingressou no Novo Mercado (que engloba as companhias de melhor governança corporativa da B3, a bolsa de valores brasileira) e selou parcerias público-privadas. É uma empresa bem-sucedida, tecnicamente acima da média nacional do setor, mas que ainda enfrenta desafios gigantescos, incluindo a meta de universalização dos serviços prevista no Marco Legal do Saneamento. A diminuição da presença do Estado provavelmente abrirá caminho para maior investimento privado e maior capacidade de lidar com os desafios.

Os adversários da privatização apontam ainda que empresas de saneamento privatizadas no passado, incluindo as de países europeus e sul-americanos e de cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires e Atlanta, vêm sendo novamente estatizadas. A tese também merece reparo. Nesses casos, os estudos apontam que a reestatização ocorreu, em sua maioria, em países relativamente ricos, com a infraestrutura praticamente pronta graças à ação privada. Nos casos latino-americanos, como os de Argentina e Venezuela, governos majoritariamente de esquerda pura e simplesmente quebraram contratos, como sói acontecer.

Se é verdade que o modelo da privatização da Sabesp foi adequado (oferta privada com regulação pública), também é verdade que há uma ampla literatura microeconômica demonstrando o papel fundamental da regulação, especialmente quando o custo do controle da qualidade do serviço é baixo. É o caso do saneamento básico, assim como da concessão de rodovias, diferentemente, por exemplo, dos serviços de encarceramento.

Eis o alerta necessário: não basta transferir a oferta para o setor privado, é preciso uma boa regulação. É ela que permitirá preservar a qualidade dos serviços e um bom equilíbrio de preços das tarifas – um temor natural de muita gente de boa vontade diante da privatização. Mas o fato é que as estatais brasileiras deixaram praticamente metade do País fora do sistema de esgoto, uma população carente castigada pela ineficiência, pela baixa fiscalização e nenhuma punição pelo descumprimento de metas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 08/12/2023*

## **NOVAS MUDANÇAS NA LEI DE LICITAÇÕES FAVORECERÃO O PAC**

As críticas aos ajustes aprovados no Congresso nos parecem inconsistentes e descontextualizadas do ambiente de contratações públicas no Brasil

*Por Carlos Eduardo Lima Jorge e Fernando Vernalha - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*

No final de novembro o Congresso Nacional aprovou mudanças importantes no conteúdo da nova Lei de Licitações e Contratos, que estão à espera da sanção presidencial para que se convertam em lei. Entre os ajustes estão a proibição da utilização do modo aberto de disputas para licitações de obras e serviços especiais de engenharia cujo valor esteja acima de R\$ 1,5 milhão e a definição de prazo para que as administrações cumpram as obrigações de pagamento previstas nos contratos. São mudanças desejadas para que haja a melhora do ambiente de contratações públicas no Brasil. Mas a proposta despertou críticas de alguns políticos, particularmente quanto à proibição do uso da fase de lances em licitações desta natureza, alegando-se o risco de comprometimento da transparência e da formação de cartéis em licitações desta natureza.

Essas críticas, a nosso ver, não resistem a um olhar mais técnico sobre o tema e revelam uma falta de conhecimento sobre a dinâmica dessas licitações e o contexto em que as alterações foram concebidas.

Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o fato de que a aplicação da fase de lances para licitações de obras e serviços de engenharia foi tratada de modo conflituoso e antagônico pela Lei de Licitações. Na norma do artigo 29, parágrafo único, vedou-se a utilização do pregão, que comporta necessariamente uma fase de lances para processar licitações desta natureza, enquanto na norma



do artigo 56, § 1.º, obrigou-se a adoção da fase de lances para o processamento de licitações em geral, incluindo as de obras e serviços especiais de engenharia. Trata-se de uma verdadeira antinomia entre essas normas, que precisava ser corrigida, sob pena de remanescer um tratamento jurídico ambíguo e conflituoso sobre o tema.

Perceba-se que, caso a contradição não venha a ser superada, o impasse será solucionado, no campo da interpretação jurídica, pela prevalência da regra especial – que proíbe a fase de lances –, em detrimento da regra geral. Daí que a solução pela proibição a que a fase de lances seja utilizada para licitações de obras e serviços especiais já é extraída do conteúdo original da lei. Mas um ajuste legislativo nos parece bastante importante para elevar o grau de segurança jurídica em torno da questão.

Em segundo lugar, aquelas críticas desconsideram que a experiência prática com a utilização da fase de lances em licitações de obras e serviços de engenharia que tivemos no Brasil foi bastante insatisfatória, contribuindo para a precarização das propostas comerciais e para a geração de contratações inexequíveis. Não seria exagero dizer que um pedaço importante do nosso acervo de obras paralisadas decorre de inexecuções contratuais decorrentes de propostas inexequíveis.

Na origem, há uma licitação mal modelada, orientada à obtenção do menor preço a qualquer custo, mas nem sempre na busca do melhor preço. A fase de lances está no centro do problema, pois cria um ambiente propício para a chamada “maldição do vencedor” (winner’s curse). Ao induzir a uma redução progressiva nos preços pelos ofertantes, amplia o risco de propostas inexequíveis e da redução da qualidade na execução da obra.

Em terceiro lugar, a proibição da fase de lances não tem nada que ver com transparência ou com cartelização. A transparência do processo não é prejudicada pelo fato de os preços serem apresentados em envelope fechado. Os preços serão sempre secretos enquanto não revelados, tanto os preços apresentados em envelopes fechados como aqueles apresentados durante a fase de lances; tornam-se públicos ao serem relevados.

O que distingue o modo fechado do modo aberto não é a transparência, mas a dinâmica de renovação de lances. O lance apresentado no modo fechado é definitivo; o que é apresentado no modo aberto pode ser renovado. Também não há nenhuma evidência de que o modo fechado amplia o risco de cartelização, pois não é a possibilidade de renovar lances o que pode influenciar os incentivos para a cartelização.

Enfim, as críticas dirigidas aos ajustes aprovados no Congresso Nacional nos parecem inconsistentes e descontextualizadas do ambiente de contratações públicas no Brasil. Contratar obra pública não é o mesmo que comprar caneta ou pó de café. É preciso tratar o tema com a seriedade que merece, considerar o histórico de problemas com modelagens equivocadas e buscar modelos de disputa compatíveis com as complexidades inerentes ao processo de orçamentação e precificação destas obras e serviços. Já passou a hora de endereçarmos definitivamente a questão na legislação, de modo técnico e empírico, longe das retóricas políticas desconectadas da realidade brasileira.

Será também este um ajuste oportuno para melhorarmos a performance das próximas contratações de obras públicas envolvidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Espera-se que as novas normas sejam devidamente sancionadas pela Presidência da República, sob pena de seguirmos com uma legislação ambígua e propiciadora de litígios e do risco de ampliarmos ainda mais o nosso imenso cemitério de obras públicas.

\*

SÃO, RESPECTIVAMENTE, VICE-PRESIDENTE DE INFRAESTRUTURA DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC) E DOUTOR EM DIREITO DO ESTADO E ADVOGADO

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP  
Data: 08/12/2023





## VALOR ECONÔMICO (SP)

### LULA DISCUTE CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA E GLO NOS PORTOS EM REUNIÃO COM MÚCIO

Encontro acontece às 16h da sexta-feira (8), no Palácio da Alvorada; à noite, o presidente participa da Conferência Eleitoral do PT, no Centro Cultural Ulysses Guimarães, em Brasília

*Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne na sexta-feira (8) com o ministro da Defesa, José Múcio, no Palácio da Alvorada. A pauta do encontro, que acontece às 16h, inclui a crise entre Venezuela e Guiana — que preocupa o governo pelo potencial de escalar para um conflito armado — e um balanço da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos de São Paulo e do Rio, decretada em 1º de novembro.

Lula retorna a Brasília, após dez dias cumprindo uma sequência de compromissos internacionais que culminou com a Cúpula do Mercosul, nesta quinta (7), no Rio. Ele também passou por Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Berlim.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 08/12/2023*

### ANEEL PRORROGA CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DA UTE PORTO DE ITAQUI, DA ENEVA

A agência aprovou também a alteração do término da vigência da outorga da UTE Porto do Itaquí, em 355 dias, passando a vigorar até 3 de maio de 2044

*Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo*



**A UTE Porto de Itaquí, localizada em São Luís, tem capacidade instalada de 360 megawatts (MW) e iniciou operação comercial em 2013 — Foto: Reprodução/Site da Eneva 0**

A Eneva anunciou nesta sexta-feira que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prorrogou os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado da usina termelétrica (UTE) Porto do Itaquí em 355 dias, até 21 de dezembro de 2027.

Na mesma reunião, realizada em 28 de novembro, a diretoria da Aneel aprovou também a alteração do término da vigência da outorga da UTE Porto do Itaquí, em 355 dias, passando a vigorar até 3 de maio de 2044.

As decisões da Aneel referiram-se ao pleito de recomposição do prazo de outorga da UTE Porto do Itaquí, bem como do prazo de suprimento dos respectivos contratos, submetidos pela Eneva, após excludente de responsabilidade concedido em 2012.

A UTE Porto de Itaquí, localizada em São Luís, tem capacidade instalada de 360 megawatts (MW) e iniciou operação comercial em 2013. A usina comercializa 315 MW médios, garantindo receita fixa anual de R\$ 538 milhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 08/12/2023*



## COMPANHIAS AÉREAS COGITAM MAIS DESCONTOS EM PASSAGENS COMPRADAS COM ANTECEDÊNCIA

Segundo representantes do setor, as empresas vão reservar pelo menos 10% do total de assentos ofertados que terão tarifas mais acessíveis

*Por Agência O Globo — Brasília*

Pressionadas pelo governo, as companhias aéreas preparam, separadamente, uma proposta para reduzir o preço das passagens. Segundo representantes do setor, as empresas vão reservar pelo menos 10% do total de assentos ofertados que terão tarifas mais acessíveis.

A compra do bilhete com uma semana de antecedência, por exemplo, terá preço cheio. Em quatro semanas, a tarifa será reduzida. O refinamento desses prazos ainda será feito.

Para compras em cima da hora e com preços mais elevados, as companhias estudam oferecer algum tipo de contrapartida, como despacho gratuito da bagagem, marcação preferencial de assentos e critérios diferenciados para cancelamentos e remarcação de voos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, começou a discutir o assunto com as companhias no início de novembro em uma reunião conjunta. Nos últimos dias, ele tratou do assunto individualmente com a Azul e a Gol e, na próxima semana, deverá falar com a Latam. A expectativa é que o anúncio seja feito em 20 de dezembro.

Segundo dados recentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a tarifa média em setembro estava em R\$ 747,66; em agosto era de R\$ 650,78. Mais da metade dos bilhetes custava em média R\$ 500 e 4,8% das passagens comercializadas estavam acima de R\$ 1,5 mil.

O setor de aviação civil também quer um compromisso do governo para discutir o valor do querosene de aviação com a Petrobras e uma solução para reduzir o índice de judicialização na aviação civil.

Segundo especialistas e executivos do setor, na prática, as empresas vão se comprometer com algo que já fazem.

André Soutelino, sócio da A.L.D.S Sociedade de Advogados, lembra que há liberdade tarifária no Brasil. Segundo ele, o que fará diferença para os consumidores são medidas mais efetivas para reduzir os custos no setor da aviação civil, investimentos em infraestrutura e melhoria do ambiente de negócios para aumentar a concorrência.

“O Estado pode e deve fomentar a inclusão do transporte aéreo para a população. Mas este fomento tem que ser de maneira orgânica. Melhorar a infraestrutura dos aeroportos no interior do Brasil, por exemplo. Com uma boa infraestrutura, novos modelos de negócios e empresas poderão surgir”, afirmou.

As empresas, por sua vez, cobram que o governo tire do papel o programa Voa Brasil, prometido pelo ex-ministro de Portos e Aeroportos Márcio França para agosto. O projeto limita trechos a até R\$ 200 em períodos de baixa temporada.

Segundo técnicos do governo, inicialmente o programa vai beneficiar aposentados e pensionistas do INSS que estão sem voar há pelo menos um ano. A expectativa é que Voa Brasil seja lançado na segunda quinzena de janeiro.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 08/12/2023*

## PRIVATIZAÇÃO DA SABESP DEVE ATRAIR GRANDES FUNDOS, MAS MERCADO AGUARDA DEFINIÇÕES

Gestoras com experiência no Brasil deverão estudar oferta de ações, avaliam analistas  
*Por Taís Hirata — De São Paulo*



**Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo: Estado planeja fazer oferta subsequente de ações até julho de 2024 — Foto: Sílvia Costanti/Valor**

A privatização da Sabesp deverá atrair grandes gestoras de investimento, em especial as que já têm familiaridade com o mercado brasileiro, avaliam atores do setor de infraestrutura.

Grupos que entraram na privatização da Eletrobras ou estudaram o processo a fundo estão entre os prováveis interessados - como o GIC, fundo soberano de Cingapura, o Canada Pension Plan (CPP) e a 3G Radar.

Outros potenciais investidores citados são gestoras do país com atuação em infraestrutura, como Pátria e IG4 Capital. A gestora de Paulo Mattos inclusive já criou um veículo exclusivo para estudar a Sabesp, em sociedade com a americana Water Asset Management, que já tem participação na empresa hoje. O plano é iniciar a captação de um fundo focado apenas na oferta, de ao menos US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5 bilhões), uma vez que o desenho da privatização for definido pelo governo.

Procurados, o CPP, o Pátria e a IG4 não comentaram o assunto. A reportagem não conseguiu contato com o GIC e a 3G Radar.

Já os grandes operadores privados de saneamento - Aegea, Iguá e BRK - não deverão participar do processo. Para analistas, o perfil da privatização da Sabesp não conversa com a estratégia das companhias, que não teriam controle total da operação nem poderiam incorporar o ativo a seus portfólios vigentes. Além disso, em alguns casos, o mandato dos acionistas investidores nessas empresas não permitiria o investimento em uma companhia de capital aberto, com a Sabesp.

Questionada sobre como está o interesse do mercado, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do governo estadual, Natália Resende afirma que há diferentes perfis de interessados. “Temos conversado de forma diversa com fundos, grupos de infraestrutura e inclusive os operadores de saneamento. Alguns têm buscado se juntar, temos visto esses movimentos.”

Apesar da forte expectativa do mercado, há também muitas dúvidas, principalmente sobre como ficará o desenho da operação.

Diferentemente do modelo da Eletrobras, em que houve maior pulverização, o governo paulista pretende criar a figura de acionistas de referência, que teriam uma participação maior e poderes sobre o direcionamento do negócio. Essa possibilidade é bem vista pelos grandes fundos que desejam ter capacidade de influenciar nas decisões. A expectativa do mercado é que, para isso, seria necessário uma fatia de ao menos 10% na companhia, vaga no conselho de administração e nos principais comitês da empresa.

**“Temos conversado com fundos, grupos de infraestrutura e operadores”**  
— Natália Resende

“A grande calibragem vai estar no desenho societário. A incógnita hoje é qual direito societário você vai dar, como será o acordo de acionistas, quais as limitações de controle. O investidor quer ter ferramentas suficientes para lidar com os problemas da operação. Se isso estiver bem equacionado, deve haver interesse de grupos financeiros que conhecem o mercado brasileiro de infraestrutura”, afirma Fernando Marcato, professor da FGV-Direito, que já foi secretário-executivo de novos negócios na Sabesp.



Segundo Marcos Ganut, sócio-diretor da Alvarez & Marsal Infra, há também interesse de gestoras de investimento de fora do país, ainda sem operação local. Porém, neste caso, o desafio de atração é maior. “Há grupos grandes de fora olhando, mas a preocupação é o risco Brasil. O investidor que não está aqui olha, mas coloca um prêmio de risco.”

Além disso, ele pondera que o formato do “follow-on” com participação limitada reduz o interesse de grandes entrantes. “Para alguns grupos de fora, o cheque fica relativamente pequeno na conversão para dólares, e não há muito controle do negócio. Acaba sendo o mesmo que comprar um papel de uma companhia.”

Por outro lado, ele pondera que se trata de uma oportunidade interessante porque a Sabesp é uma companhia já bem estruturada, com riscos muito menores do que concessões novas, com receita estável e forte resiliência. Para um investidor que está entrando em saneamento, seria uma oportunidade de iniciar uma nova plataforma no setor, aponta Marcato.

Após a aprovação do projeto de lei que autoriza a privatização, na noite de quarta-feira (6), o governo de São Paulo ainda terá de enfrentar etapas desafiadoras para tirar o processo do papel. A meta é fazer a oferta até julho de 2024, um prazo considerado pelo mercado factível, mas apertado.

Segundo Bruno Aurélio, sócio do Demarest, há desafios internos e externos a serem cumpridos. Internamente, haverá toda a discussão com os municípios a respeito dos planos de investimentos e dos contratos, algo determinante para o valor da companhia. Além disso, haverá a necessidade de lidar com uma série de interlocutores externos. “Pode haver ruídos com Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que não é um órgão fácil de se lidar. Deve haver ações populares, manifestações de sindicatos. Esses fatores podem gerar atrasos”, diz ele.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 08/12/2023*

## ESTADOS SE MOVIMENTAM PARA PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE

Brasil reúne condições para se tornar um dos líderes na produção de hidrogênio de baixo carbono explorando diferentes rotas para obtenção do gás, apontado por especialistas como o combustível do futuro

*Por Vinicius Konchinski — Para o Valor, de Curitiba*

Enquanto o mundo busca alternativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, o Brasil desponta como um dos potenciais líderes na produção de hidrogênio de baixo carbono, o hidrogênio verde. Apontado como o combustível do futuro, o gás pode ser insumo para descarbonização da siderurgia e da petroquímica, e ainda mover o transporte de cargas num futuro não tão distante. Por meio de novas rotas de produção, sua obtenção tem pegada de carbono nula e seu uso não gera poluição.

O país tem potencial para produzir até 1,8 bilhão de toneladas de hidrogênio por ano, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Um caderno lançado no fim de novembro pela FGV Energia, centro de estudos mantido pela Fundação Getúlio Vargas, indica que só 245,7 milhões de toneladas dessa produção seriam economicamente viáveis hoje. A quantidade, contudo, já é quase o triplo da produção mundial de hidrogênio, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Em 2022, foram comercializadas 95 milhões de toneladas do gás, sendo que menos de 1% pode ser considerada verde – algo que tende a mudar radicalmente nos próximos anos.

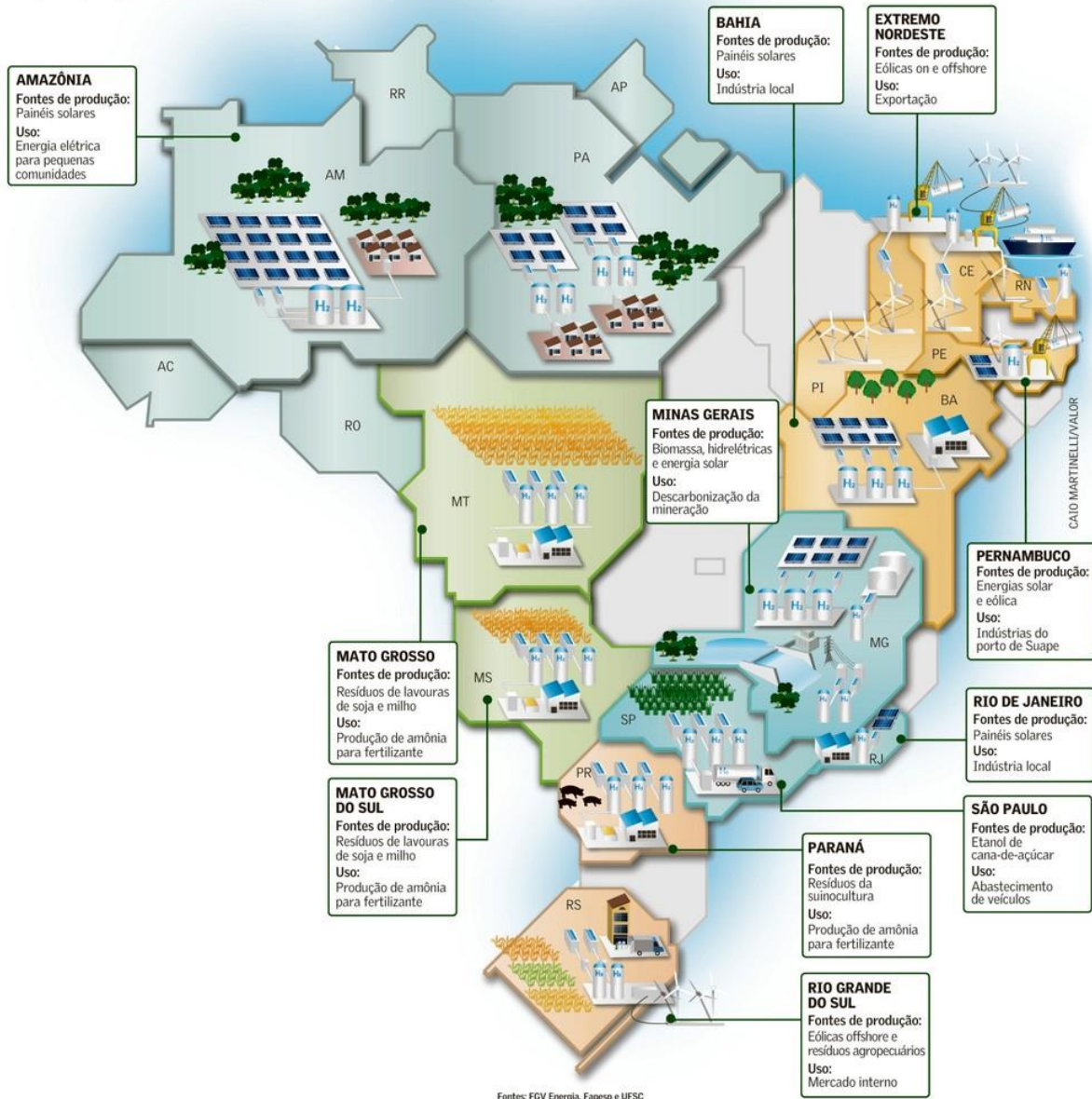
Atualmente, a maior parte do hidrogênio produzido no mundo vem da reforma do gás natural de origem fóssil, que contém metano. O processo separa o hidrogênio da molécula do gás, mas gera dióxido de carbono como resíduo, o que contribui para o aquecimento global. A eletrólise, por sua vez, é o processo mais difundido para descarbonizar essa produção. Por meio dela, o gás é obtido pela separação da molécula da água, liberando oxigênio. Essa reação, por outro lado, demanda uso



intensivo de energia elétrica – e é aí que o Brasil pode se diferenciar, em função de sua matriz elétrica limpa. O caderno da FGV aponta que fontes de energia solar, eólica e hidrelétrica podem ser usadas para suprir 48% das necessidades brasileiras de hidrogênio.

### Do Sul para o Norte

Projetos para produção de hidrogênio verde se espalham pelo país



Já existem plantas no país produzindo H<sub>2</sub>V por meio da eletrólise sustentável. A primeira a entrar em operação fica em Itumbiara (GO) e pertence a Furnas. A fábrica foi inaugurada em 2021 e já gerou 3 toneladas de gás.

De acordo com o governo federal, mais de US\$ 30 bilhões (R\$ 147 bilhões) em investimentos estão programados para produção de hidrogênio no país. Quase todos esses recursos irão para projetos para obtenção do gás a partir da eletrólise justamente pelo potencial do Brasil para geração de energia por meio do vento e do sol, principalmente no Nordeste. O gás produzido nesses projetos deve abastecer a indústria local ou ser convertido em produtos para exportação até pela proximidade da região com a Europa, maior mercado consumidor. O Hub de Hidrogênio Verde do Complexo do Pecém (CE), criado em 2021, pretende enviar parte de sua produção para a Holanda, de onde ele deve ser distribuído a outros países.



Também há projetos para geração de hidrogênio por meio de outras rotas sustentáveis e, portanto, rotuladas com tonalidades de verde. Cada um deles leva em consideração diversidades ambientais e econômicas regionais, e visa explorar diferentes insumos e diferentes mercados consumidores. Em São Paulo, maior produtor de etanol do país, há um projeto para produção de H2V usando o combustível. A iniciativa é uma parceria da Universidade de São Paulo (USP) com Shell, Raizen, Toyota e Senai e envolve investimentos de R\$ 50 milhões.

O projeto testa tecnologias para reformar o vapor do álcool extraído dele o hidrogênio e gerando gás carbônico renovável, vindo da cana-de-açúcar. “Como a cana também captura carbono quando está crescendo na lavoura, o balanço final de carbono tende a ser negativo”, afirma Daniel Lopes, engenheiro mecânico e diretor comercial da Neuman & Esser Hytron, empresa que desenvolveu o reformador de etanol e que também integra o projeto paulista.

Está em processo de instalação na Cidade Universitária da USP um posto de hidrogênio produzido com etanol para abastecer veículos experimentais. Células combustíveis internas converteriam o gás em energia elétrica, que ao final moveria o veículo. Descarbonizar o transporte de cargas, segundo Lopes, é o maior objetivo desse projeto. Alguns especialistas, entretanto, afirmam que a substituição do diesel deve demorar em função de desafios para a implantação de uma rede de abastecimento de H2V.

Temos energia limpa, indústria que precisa do gás e posição geográfica favorável à exportação” — Ricardo Rüther

Minas Gerais visa a produção de hidrogênio verde a partir de energia solar, hidrelétricas e usinas de biomassa para descarbonizar a indústria da mineração. Já em Estados como Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a ideia é produzir H2V com resíduos agrícolas, a chamada biomassa, e de granjas de suínos. A decomposição desses resíduos gera metano, gás que também pode ser reformado para gerar hidrogênio, mas sem emissões adicionais de carbono pois só é liberado o que naturalmente já seria emitido pela atividade. Nesses Estados, o objetivo é que o H2V seja usado na fabricação de fertilizantes que poderiam ser aplicados em lavouras locais.

Em Toledo (PR), um projeto da Me Le Brasil Biogás visa produzir hidrogênio usando resíduos da suinocultura. A empresa luso-brasileira H2 Verde também estuda esse tipo de geração. Seu diretor, Frederico Freitas, que foi um dos autores do caderno de hidrogênio da FGV Energia, afirma que esse tipo de produção daria solução para um passivo ambiental das granjas. “É um projeto de economia circular”, diz. “O resíduo viraria hidrogênio e depois fertilizante para a plantação da soja e milho que servem como alimentos aos animais.”

Freitas e Lopes apontam que há estudos inclusive para produção de hidrogênio com esgoto urbano e lixo gerado em grandes cidades. Nesses casos, o custo da produção do gás ainda torna essas rotas inviáveis inclusive para pesquisas.

Ricardo Rüther, coordenador do Laboratório Fotovoltaica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que inaugurou neste ano um anexo só para o estudo do H2V, ressalta que as tecnologias para produção do gás estão evoluindo rápido. Para ele, dentro de poucos anos, a fabricação do combustível se tornará barata – assim como a instalação de um painel solar numa residência ficou. “Temos todas as condições para sermos grandes no mercado de hidrogênio: energia limpa vendida num mercado organizado, uma indústria que precisa do gás, além de uma posição geográfica favorável à exportação”, afirma.

Para o pesquisador, projetos de hidrogênio combinados com geração de energia solar e eólica, inclusive em alto mar, e voltados ao abastecimento da indústria de cimento, siderúrgica, de fertilizantes e petroquímica, tendem a maturar mais rapidamente no Brasil.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), refinarias de combustíveis já consomem 74% do hidrogênio produzido no país, seja ele verde ou não. Essas indústrias devem continuar

demandando gás cada vez mais sustentável para tentar atingir suas metas de descarbonização, o que facilita a viabilização de projetos de hidrogênio nas suas proximidades.

Rüther não descarta, porém, que no futuro o hidrogênio verde seja gerado na Amazônia, por diferentes tecnologias, para servir de combustível para sistemas elétricos isolados da região. Hoje, o Brasil gasta R\$ 12 bilhões por ano para manter esses sistemas, atualmente abastecidos principalmente com óleo diesel, que é poluente.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 07/12/2023*



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL ÀS DISTRIBUIDORAS AMANHÃ

No ano, combustível teve redução de 15,8%

*Por Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



**A Petrobras reduziu o preço de venda do diesel às distribuidoras. Foto: Comsefaz**

A Petrobras reduziu em R\$ 0,27 por litro o preço médio de venda de diesel A para as distribuidoras. O valor passa a ser de R\$ 3,78 por litro já a partir desta sexta-feira (8). No ano, a redução acumulada soma R\$ 0,71 por litro, o equivalente a 15,8%.

De acordo com a Petrobras, o ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo

e interno, frente à estratégia comercial da companhia, implementada em maio de 2023, em substituição à política de preços anterior, e que “passou a incorporar parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação”.

#### Preço médio

Ao considerar a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor cairá R\$ 0,24 por litro e passará a ser, em média, R\$ 3,33 a cada litro vendido na bomba. Com isso, o preço médio do diesel A S10 nas bombas poderá atingir valor de R\$ 5,92 por litro, considerando que o Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a semana de 26 de novembro a 2 de dezembro indicou valor médio de R\$ 6,16 por litro.

A Petrobras lembra que o valor cobrado ao consumidor final no posto é afetado por outros fatores, como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda. “Daí, esta estimativa ter propósito meramente referencial, mantidas constantes as demais parcelas que compuseram os preços ao consumidor naquele período”.

A companhia destacou, também, que cabe às autoridades competentes realizar ações de fiscalização, autuação e penalização de práticas abusivas ou lesivas ao consumidor.

#### Gasolina

No momento, a Petrobras está mantendo estáveis seus preços de venda de gasolina às distribuidoras, tendo em vista o último movimento realizado em 21 de outubro, de redução de R\$



0,12 por litro. No ano, os preços de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras acumulam queda de R\$ 0,27 por litro, o equivalente a 8,7%.

Para o GLP (gás de cozinha), os preços de venda às distribuidoras permanecem estáveis desde o dia 1º de julho. No ano, os preços do gás de cozinha para as distribuidoras acumulam retração equivalente a R\$ 10,40 por botijão de 13 kg, ou 24,7%.

A companhia reiterou que na formação de seus preços "busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente".

**Fonte: Agência Brasil - DF**  
**Data: 08/12/2023**

## OEA: REFERENDO NA VENEZUELA PARA ANEXAR TERRITÓRIO DA GUIANA É ILEGAL

Organização pede reunião especial para discutir medidas  
*Por Lusa\* - Caracas*



A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), liderada por Luis Almagro, classificou nessa quinta-feira como "ilegal e ilegítimo" o referendo sobre a região de Essequibo, convocado pelo presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

Em comunicado, o gabinete de Almagro denunciou a "posição agressiva" do governo venezuelano em relação à Guiana e disse que as crescentes tensões entre os dois países são "preocupação para a segurança regional" e ameaçam a

"estabilidade e a soberania territorial" no continente.

O referendo, no qual a maioria dos cidadãos votou a favor da anexação do Essequibo à Venezuela, representa "mais uma vez" o uso "antidemocrático" dos "processos democráticos" por parte de Maduro, acrescenta a nota.

"As recentes ações adotadas pelo regime na Venezuela não só colocam em perigo o desenvolvimento e a estabilidade da Guiana, mas representam risco mais amplo para a segurança da América Latina e do Caribe", denunciou a liderança da OEA.

Por sua vez, Almagro pediu ao Conselho Permanente da organização que convoque reunião especial para "discutir possíveis medidas a fim de mitigar" as tensões entre os dois países sul-americanos.

O governo venezuelano, que apresentou um pedido formal para deixar a OEA em 2017, não tem representação na organização.

No domingo (3), a Venezuela realizou referendo, recebeu o apoio dos eleitores, sobre o estatuto da região de Essequibo, 160 mil quilômetros quadrados de selva rica em recursos naturais.

Na quarta-feira (6), Maduro determinou a criação de um estado na Guiana e a anexação do território de Essequibo, aumentando as tensões na região.

Em 2015, a ExxonMobil descobriu várias jazidas petrolíferas no Essequibo.





# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 200/2023  
Página 52 de 52  
Data: 08/12/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

A Guiana já autorizou oito empresas petrolíferas estrangeiras a explorar jazidas em águas reclamadas pela Venezuela.

Os conflitos fronteiriços tiveram início com a decisão arbitral de Paris, em 3 de outubro de 1899, que atribuiu a soberania do território à então Guiana Britânica. A decisão é contestada pela Venezuela na ONU desde 1962.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 08/12/2023*



### MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSIPPING.COM](http://MERCOSIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 08/12/2023*